

Líderes priorizam adesão da Venezuela e outros 12 itens

O polêmico protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul deverá ser votado em 9 de dezembro. Entre as matérias selecionadas estão ainda a que

limita gastos com pessoal da União, a que declara Cerrado e Caatinga patrimônio nacional e a que cria os juizados especiais da Fazenda Pública.

página 2

comunicação

Senadores notam viés ideológico em conferência

página 10

tabaco

Tributação opõe governo e produtores

páginas 6 e 7



GERALDO MAGELA

Marina Silva conseguiu incluir emenda para que planos de combate ao desmatamento envolvam todos os biomas e não apenas a Amazônia

Senado aprova política e fundo de mudança climática

Metas para redução de emissão de gases de efeito estufa e fundo de preservação

passam pelo Plenário, em esforço para antecipar decisão ao encontro de Copenhague.

página 3

e mais...

ambiente legal	3
projetos aprovados	4
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

cidadania

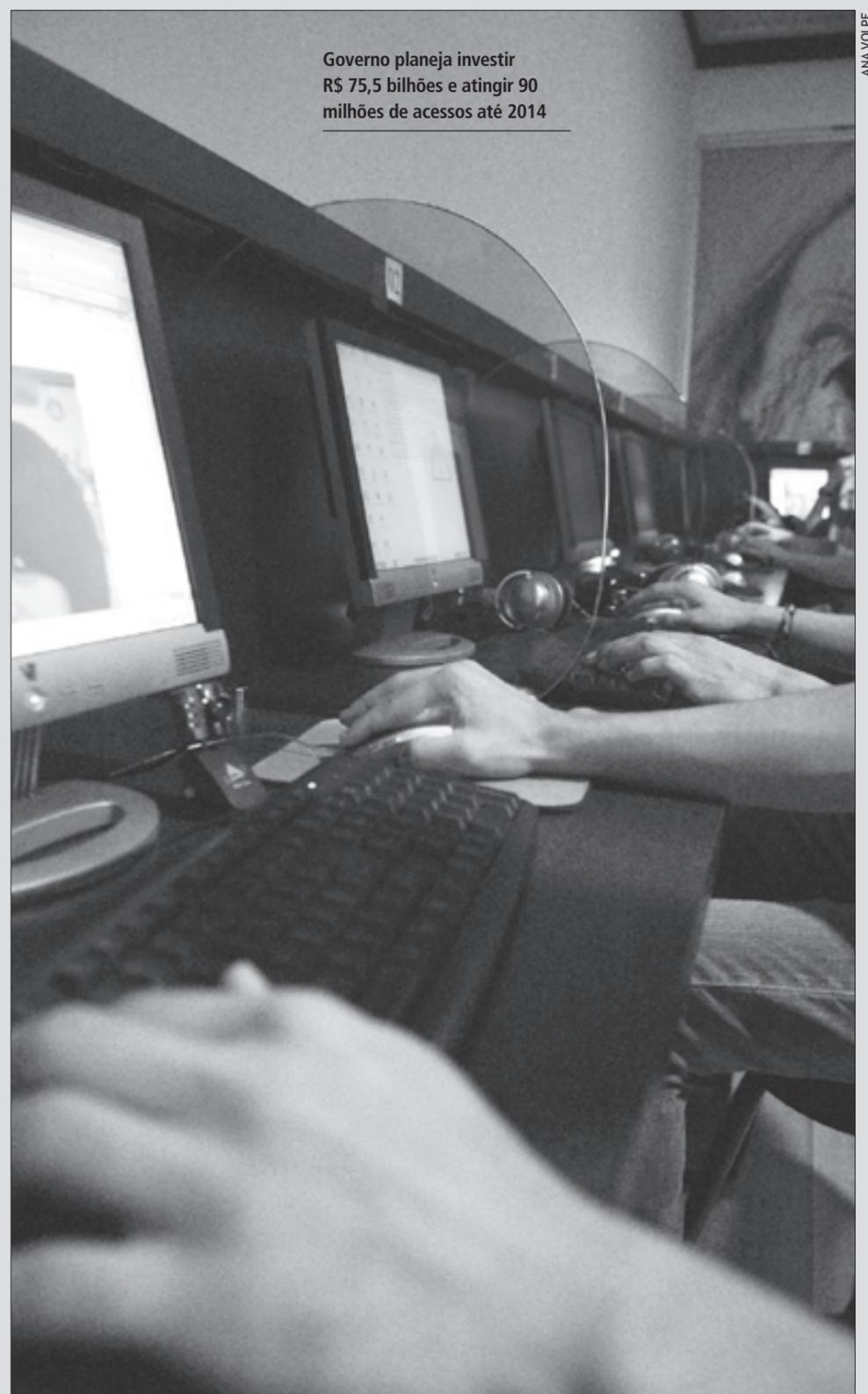
Chagas ainda mata 5 mil por ano no Brasil

Tratamento para o mal descoberto pelo brasileiro Carlos Chagas há cem anos ainda é limitado pela falta de interesse da indústria farmacêutica. O *Especial Cidadania* mostra as características da doença e como evitá-la.

página 16

Alto preço e falta de redes limitam alcance da banda larga

páginas 8 e 9



Governo planeja investir R\$ 75,5 bilhões e atingir 90 milhões de acessos até 2014

ANA VOLPE

agenda

Confira a lista de prioridades

- **PLS 611/07**, que trata do limite para o aumento da despesa com pessoal e encargos sociais da União.
- **PLC 38/07**, determina que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do registro civil.
- **PLC 200/09**, que altera a tributação para produção cinematográfica, artística e cultural.
- **PDS 430/08**, que aprova o ingresso da Venezuela no Mercosul.
- **PLC 186/09**, que cria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).
- **PLC 280/09**, que dispõe sobre a formação de professores da educação básica.
- **PLC 184/09**, que facilita o pagamento do Fies por professor e médico.
- **PLS 118/05**, que cria os juizados especiais da Fazenda Pública.
- **PEC 51/03**, que inclui Cerrado e Caatinga entre biomas considerados patrimônio nacional.
- **PEC 58/03**, que garante espaço à defesa em parecer prévio do TCU sobre as contas governamentais.
- **PLC 85/09**, que disciplina o funcionamento de serviços de proteção ao crédito.
- **PLC 131/08**, que institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho.
- **PLC 281/09**, que concede bônus de desempenho a servidores do Dnit.

Líderes definem pauta para ser votada ainda este ano

Protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul e inserção do Cerrado e da Caatinga no patrimônio nacional estão entre as prioridades

Uma lista de 13 proposições deverá ser o centro das atenções dos senadores até o final dessa sessão legislativa, em 22 de dezembro.

Escolhidos entre uma pauta de 95 itens, a lista (veja ao lado) foi definida na última quarta-feira pelos líderes do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), do DEM, José Agripino (RN), do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PTB, Gim Argello (DF), com o objetivo de agilizar o processo de votação em Plenário.

A essa lista deve-se somar, ainda, a análise pelo Congresso Nacional da Lei Orçamentária Anual, em estágio de apreciação de emendas na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

É consenso entre os líderes a urgência da decisão sobre o polêmico protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(CRE) em 29 de outubro, o projeto de decreto legislativo que trata do tema precisa ser aprovado pelo Plenário do Senado e pelo Congresso do Paraguai para que o país se torne membro efetivo do bloco. De acordo com o senador Romero Jucá, a votação vai ocorrer em 9 de dezembro.

Consta da lista a proposta de emenda à Constituição (PEC) 58/03, que estabelece que, durante a elaboração do parecer prévio do TCU sobre as contas governamentais, devem ser observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Jucá destacou ainda projeto de sua autoria que trata do limite para o aumento da despesa com pessoal com encargos sociais da União (PLS 611/07).



Romero Jucá (E), José Agripino (sentado) e Arthur Virgílio (ao microfone): líderes selecionam matérias que devem ser analisadas pelo Plenário até 22 de dezembro

Se prevalecer o acordo, o Plenário também deverá apreciar a chamada PEC do Cerrado (PEC 51/03), que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional, e o projeto que altera a alíquota de tributação para produções cinematográficas, artísticas e culturais (PLC 200/09), entre outros.

Contatados pela Agência Senado, líderes que não participaram da reunião da quarta-feira apontaram outras matérias que, a seu ver, devem ser votadas até o final do ano.

O líder do PSB, Antônio Carlos Valadares (SE), chegou a apresentar sua lista de prioridades em Plenário, quando protestou por nem sequer ter sido, assim como outros líderes, informado

da realização do encontro que definiu a pauta.

Na lista de Valadares, constam itens como o PLS 68/03 – Complementar, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos em caso de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Inácio Arruda (CE), líder do PCdoB, também apontou dois projetos que deveriam ser votados até o final do ano: o PLS 248/06, que trata da contribuição social dos sindicatos, e a chamada PEC da Juventude (PEC 42/08). O líder do PSOL (PA), José Nery, sugere o exame do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), do senador Paulo Paim (PT-RS).

Para João Ribeiro (TO), do PR, a discussão sobre as alterações na Lei de Licitações deve constar da pauta.

Líderes ausentes de reunião também fazem sugestões

comissões

Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

Saneamento – A comissão continua a debater a Agenda 2009-2015, sobre desafios estratégicos setoriais na infraestrutura. Para o terceiro painel, “Saneamento básico – Situação do país e propostas de soluções”, foram convidados os presidentes da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Francisco Danilo Forte; do Instituto Trata Brasil, Raul Pinho; da Companhia Nacional de Saneamento (Conasa), Mário Vieira Marcondes Neto; e o professor da Universidade Federal de Campina Grande Francisco de Assis Salviano de Sousa.

Terça-feira

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

FGTS – Na primeira parte da reunião, análise do projeto que regulamenta o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos fundos constitucionais. Depois a comissão debate, às 12h, a remuneração do FGTS, com o presidente do Instituto FGTS Fácil, Mario Alberto Avelino; o professor da PUC/RJ José Márcio Camargo; e o superintendente do FGTS da Caixa, Joaquim Lima de Oliveira, entre outros.

9h30 – AGRICULTURA

Sudam – Na pauta, projeto que estende o benefício garantia-safra – destinado a agricultores vítimas da estiagem – à área de atuação da Sudam.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Cultura – Analisa proposta que cria incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

10h – JUSTIÇA E CIDADANIA

Ortotanásia – A comissão examina projeto que regulamenta a ortotanásia.

10h – MISTA DE ORÇAMENTO

Obras – A comissão realiza reunião com a presença de representantes do TCU e da Infraero para discutir possíveis indícios de irregularidades em obras e serviços. Às 15h, serão ouvidos representantes do TCU e da Petrobras.

9h30 – SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Inteligência – O Senado e a Câmara realizam o seminário internacional “Atividade de inteligência e controle

parlamentar – Fortalecendo a democracia”. O evento é uma iniciativa da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência no Congresso Nacional. Estarão presentes à abertura os presidentes do Senado, José Sarney; da Câmara, Michel Temer; o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG); e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, entre outros.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PDLs – Com 31 itens na pauta, a comissão examina projetos que autorizam a execução de serviço de radiodifusão.

9h – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Transparência – Em sua 5ª edição, o Fórum Senado Debate Brasil discute o tema “Fiscalização e controle: a perspectiva dos legislativos estaduais e municipais”, na sede do Interlegis, com as presenças do presidente do Senado, José Sarney, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), e de representantes do TCU, da Consultoria do Senado e do governo federal.

10h – EDUCAÇÃO

Homenagem – Audiência pública

para homenagear os vencedores do Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10, de 2009. Entre os convidados, o diretor-executivo da Fundação Victor Civita, David Saad, e professores de escolas estaduais e municipais.

10h – MISTA DE ORÇAMENTO

Irregularidades – Os parlamentares ouvem representantes do TCU e do Dnit sobre possíveis indícios de irregularidades em obras e serviços. Às 14h30, a comissão ouve representantes do TCU, do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração Nacional.

11h – DESENVOLVIMENTO E TURISMO

Indenização – A comissão examina texto que reúne quatro projetos que tratam de indenização a usuários de companhias aéreas em caso de recusa de embarque, atrasos e cancelamentos de voos e danos em bagagem.

14h30 – CPI DA PEDOFILIA

Depoimentos – A comissão ouve os seguintes depoentes: Fernando Luís Mattos (DJ Marlboro), Júnia Fonseca Duarte, José Arimatéia de Farias, Paulo Afonso de Farias e Wilma Mendonça.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa
Extensão rural – O primeiro item da pauta é o projeto de lei da Câmara (PLC 219/09) que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater).

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

10h – Sessão especial
Serpro – Comemoração dos 45 anos do Serviço Federal de Processamento de Dados.

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

clima

Comissão aprova relatório final sobre mudanças climáticas

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) votou o relatório final do deputado Colbert Martins (PMDB-BA), que recomenda a aprovação de projetos sobre o tema em tramitação no Legislativo e sugere a setores da economia a adoção de medidas visando à redução do aquecimento global e à proteção do meio ambiente.

Ao Executivo, o relatório sugere que até 2020 o Brasil reduza as emissões dos gases de efeito estufa listados no Protocolo de Kyoto aos níveis de 1990, por meio da adoção do desmatamento zero no país até 2015, e da garantia de que,

nos próximos dez anos, até 25% da eletricidade do país seja originária de fontes renováveis de energia.

O texto também recomenda a redução em 15% do consumo projetado de energia elétrica para 2020 por meio de medidas de eficiência energética; o estabelecimento de metas anuais da participação de fontes nuclear, de óleo combustível e carvão mineral na matriz elétrica nacional; e a transformação de pelo menos 30% do território costeiro-marinho do país em áreas protegidas, ressalvadas as atividades de infraestrutura previstas na Lei 4.771/65, que instituiu o Código Florestal.

Relatório sobre emissões do país fica pronto em 2011

O segundo inventário brasileiro de emissões de carbono, relativo ao período de 1990-2000, fica pronto em março de 2011, dentro do prazo fixado em convenções internacionais, assegurou o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, em debate na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Por sugestão do senador Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da CMA, Rezende compareceu ao Senado para explicar a elaboração do Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa.

O documento, que já conta com resultados preliminares, ficará em consulta pública entre

janeiro e julho de 2010. Depois, serão consolidados os relatórios setoriais visando à divulgação final dos resultados da pesquisa, que contemplará as áreas de energia, processos industriais, agropecuária, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos.

O primeiro inventário brasileiro de emissões de carbono, de 2004, englobou o período de 1990 a 1994, explicou o ministro, ressaltando que em 1990 o país registrou emissão de 1,5 gigatonelada de carbono, sendo que 59% do total resultaram de mudanças no uso da terra e florestas, sobretudo o desmatamento.

BRASIL DARÁ US\$ 6 MI PARA FUNDO GLOBAL

A proposta de o Brasil participar da quarta recomposição de recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global (Global Environment Facility), instituição financeira internacional que apoia projetos de conservação do meio ambiente, foi aprovada pelo Senado.

Votado antes na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o projeto de decreto legislativo (PDS 866/09) determina que o Brasil participará com cerca de US\$ 6 milhões, destinados a "projetos de conservação da biodiversidade, redução dos riscos de mudanças climáticas, proteção da camada de ozônio e descontaminação de águas internacionais". O projeto agora vai à promulgação.

WALDEMIR RODRIGUES



Senadores apoiaram também a criação de fundo nacional como parte do compromisso do país

Plenário aprova redução de gases do efeito estufa

Projeto que cria a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas explicita meta voluntária de corte de emissões entre 36,1% e 38,9% até 2020

O Plenário aprovou a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PLC 283/09), que fixa em lei o compromisso do Brasil de reduzir, até 2020, suas emissões de gases de efeito estufa dentro do limite que vai de 36,1% a 38,9%, com base nas taxas projetadas até aquele ano. As medidas para se atingir essa meta serão definidas em decreto presidencial para regulamentar a lei. Como o projeto sofreu mudanças no Senado, voltou à Câmara dos Deputados para novo exame.

A senadora Marina Silva (PV-AC), relatora da matéria na Comissão de Meio Ambiente, Defe-

sa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), apresentou diversas emendas, inclusive uma, rejeitada, estabelecendo o ano de 2005 como referência para a redução das emissões até 2020, que não poderia ser inferior a 20%. Segundo ela, não é possível fazer uma lei com base numa projeção, mas nas taxas conhecidas e reais de emissão de gases. A única emenda da senadora aprovada é a que especifica que os planos de combate ao desmatamento se estendem a todos os biomas, e não apenas à Floresta Amazônica.

Ideli Salvatti (PT-SC) destacou o esforço brasileiro para estabelecer metas e disse que o presi-

dente americano Barack Obama apresentou "tímidos 17%" como meta de redução na emissão de gases de efeito estufa. Ideli observou que chegar à Conferência de Copenhague com essa lei aprovada e a que cria um fundo sobre mudança climática (*leia abaixo*) vai fazer toda diferença.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), disse que foi uma decisão política do governo federal anunciar como meta a redução de 36,1% a 31,9% até 2020, a ser institucionalizada com o limite máximo alterado para 38,9% por emenda.

Projeto do Fundo Nacional vai à sanção presidencial

Vai à sanção presidencial a proposta (PLC 284/09) aprovada em Plenário que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Resultado da compilação de quatro projetos – entre eles um do Poder Executivo –, o fundo será vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e terá como finalidade

assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação aos seus efeitos.

A pressa para a aprovação do fundo tem um motivo: os senadores querem levar a nova lei para a

reunião da Convenção do Clima (COP 15), em Copenhague, Dinamarca, no início de dezembro, e apresentá-la como compromisso brasileiro para a redução das emissões de gás carbônico na atmosfera, já contemplado na Política Nacional sobre Mudança do Clima (*leia acima*).

ambiente legal

Clima: EUA e China acendem esperança

O secretário-executivo da Convenção da ONU sobre Mudança Climática, Yvo de Boer, expressou satisfação com os planos de redução de emissões de dióxido de carbono (CO₂) anunciados por Estados Unidos e China, os dois países mais poluidores. Ele ressaltou que essas propostas podem eliminar os últimos obstáculos para um acordo em Copenhague, em dezembro.

A promessa de cada um

O governo chinês anunciou na quinta-feira que se comprometerá a reduzir pelo menos 40% a intensidade energética (emissão de CO₂ por unidade de PIB) até 2020 em relação

aos níveis de 2005. Já a Casa Branca comunicou que o presidente Barack Obama propôs reduzir as emissões poluentes de seu país em 17% diante dos níveis de 2005.

Obrigação de inspecionar veículos

Já está em vigor a Resolução 418 do Conama que torna obrigatória a inspeção veicular (destinada a controlar a poluição) nos estados e cidades do país com mais de 3 milhões de veículos. Estados e

municípios enquadrados pela norma deverão, em 12 meses, elaborar planos para realizar a inspeção de suas frotas. O Ministério do Meio Ambiente defende a implantação da medida em todo o país.

Ar mais limpo aumenta expectativa de vida

A inspeção veicular tem o objetivo de reduzir os casos de poluição decorrentes de falhas de manutenção e de alteração nos projetos originais dos veículos. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade

do ar, com a consequente melhoria da saúde pública e aumento da expectativa de vida dos habitantes das grandes cidades. A redução das emissões veiculares minimiza o aquecimento global.

Londrina planta frutíferas nas praças

A cidade de Londrina, no Paraná, está oferecendo uma atração adicional: árvores carregadas de frutas, como manga, goiaba, ameixa, jaca. Elas viraram alternativas saudáveis para substituir as árvores derrubadas pelos vendavais. Mas a prefeitura adverte que as frutíferas somente devem ser plantadas em praças e fundos de vales. Devem-se evitar canteiros e calçadas para prevenir acidentes quando as frutas caem do pé ou as crianças param a fim de apanhá-las.

decisões

Plenário aprova MP da Caixa e libera pauta

Caixa terá prazo de 180 dias para repassar aos cofres do Tesouro todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais

Os senadores aprovaram medida provisória (MP 468/09) que transfere depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal. Com a votação da MP – que vai à sanção presidencial –, a pauta de votações foi finalmente destrancada.

De acordo com o texto do Projeto de Lei de Conversão 17/09, relatado por Roberto Cavalcanti (PRB-PB), a Caixa terá 180 dias, a contar da publicação da lei, para repassar os valores então depositados em outros bancos para a conta única do Tesouro Nacional.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ressaltou que, enquan-

to permanecem em contas de bancos privados, os depósitos do governo que se encontram *sub judice* geram dividendos e são usados por essas instituições para financiar linhas de crédito a juros altíssimos.

– Na Caixa, esses recursos vão subsidiar programas de inclusão social, de acordo com a cidadania e com as políticas do governo Lula – disse Crivella.

A principal mudança feita pelos deputados na MP estabelece que também devem ser transferidos à Caixa, em cronograma a ser fixado pelo Ministério da Fazenda, os valores de natureza não tributária, relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais vinculados a ações na Justiça contra a União.

BANCO CENTRAL E ABIN

O nome do economista Aldo Luiz Mendes foi confirmado pelo Plenário do Senado para o cargo de diretor de Política Monetária do Banco Central, no lugar de Mario Gomes Torós. Também foi aprovada a indicação presidencial do nome de Wilson Roberto Trezza para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

NOMES PARA O CNMP

O Plenário aprovou na semana passada duas indicações presidenciais para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O procurador regional da República Mário Luiz Bonsaglia teve 44 votos favoráveis, 11 contrários e 1 abstenção. Já a promotora de Justiça Cláudia Maria de Freitas Chagas recebeu 47 votos “sim”, 6 “não” e 1 abstenção.



Mercadante (C, com Valdir Raupp) harmonizou, no seu texto, os interesses da Polícia Federal e do Ministério Público

Repressão ao crime organizado aprovada na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, agora em definitivo, projeto que trata da repressão ao crime organizado, confirmando que os membros do Ministério Público (MP) deverão participar da investigação criminal, mas apenas na fase de informações complementares necessárias à fundamentação da denúncia que será apresentada à Justiça.

Integrantes da Polícia Federal vinham argumentando que a competência da investigação seria exclusiva dos delegados. Um recurso apresentado pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP) em Plenário, em março deste ano, quando o texto já estava na ordem do dia, levou o novo substitutivo de Aloizio Mercadante (PT-SP) ao projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT)

a ser novamente votado na Comissão de Justiça. Coube a Mercadante negociar uma solução de consenso entre as duas instituições.

– O Ministério Público está de acordo com o texto que nós fizemos, e a polícia também, porque os dois órgãos têm que trabalhar de forma complementar, e não um contra o outro – disse Mercadante.

Projeto eleva participação estrangeira na aviação

Também foi aprovada pela CCJ a elevação de 20% para 49% na participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras, como prevê o PLS 184/04, relatado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Como foi votada em decisão terminativa, o projeto do ex-senador Paulo Octávio só será examinado pelo Plenário se houver recurso nesse sentido. “Estamos contribuindo para estimular o ingresso de investimentos estrangeiros em um setor que tem padecido com diversas crises”, explica Dornelles.

Sete créditos ao Orçamento passam pelo Congresso

O Congresso Nacional aprovou sete projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) concedendo créditos adicionais, no valor total de R\$ 1,3 bilhão, a diversos órgãos do governo federal. Foram aprovados os PLNs 51, 79, 38, 52, 60, 67 e 80, todos de 2009. Os créditos especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Os suplementares são uma outra modalidade de crédito adicional, destinada ao reforço de dotação já existente no Orçamento.

projetos aprovados

De 23 a 27 de novembro

De 23 a 27 de novembro			
<p>Plenário</p> <p>➔ PLC 283/09 – Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Volta à Câmara.</p> <p>Vão à promulgação</p> <p>➔ PRS 75/09 – Autoriza o município de Ponta Grossa (PR) a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).</p> <p>➔ PRS 76/09 – Autoriza o Ceará a contratar operação de crédito externo com o BID.</p> <p>➔ PRS 77/09 – Autoriza a União a contratar operação de crédito com o BID.</p> <p>➔ PDL 866/09 – Aprova a participação do Brasil na quarta recomposição dos recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global.</p> <p>➔ PDL 867/09 – Referendo para decidir sobre alteração no fuso horário do estado do Acre.</p> <p>Vão à sanção</p> <p>Congresso – Créditos adicionais de R\$ 1,3 bilhão</p>	<p>a diversos órgãos do governo federal.</p> <p>➔ PLV 17/09 – Trata da transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal.</p> <p>➔ PLS 498/03 – Define critérios para revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.</p> <p>➔ PLC 284/09 – Cria o Fundo Nacional sobre Mudança no Clima.</p> <p>Indicações – Aldo Luiz Mendes, para diretor do Banco Central; Wilson Roberto Trezza, para diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); e Mário Luiz Bonsaglia e Cláudia Maria de Freitas Chagas, para o Conselho Nacional do Ministério Público.</p> <p>Comissões</p> <p>CCJ</p> <p>➔ PLS 28/09, de Jefferson Praia (PDT-AM) – Dispensa de duplo exame as sentenças finais em</p>	<p>processos contra a administração pública que homologuem acordo.</p> <p>➔ PLS 184/04 – Amplia a participação do capital externo nas empresas aéreas brasileiras.</p> <p>CAS</p> <p>Vão à Câmara</p> <p>➔ PLS 347/07, de Osmar Dias (PDT-PR) – Obriga hospitais a manter comissões de captação de órgãos.</p> <p>➔ PLS 227/08, de Patrícia Saboya (PDT-CE) – Estabelece normas para atendimento médico de crianças e adolescentes no âmbito do SUS.</p> <p>➔ PLS 271/07, de Magno Malta (PR-ES) – Permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos.</p> <p>➔ PLS 356/03, de Serys Slhessarenko (PT-MT) – Destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente.</p> <p>➔ PLS 416/09, de Marconi Perillo (PSDB-GO) –</p>	<p>Assegura meios para o tratamento profilático dos portadores de hemofilia.</p> <p>➔ PLS 315/07, de Lúcia Vânia (PSDB-GO) – Estabelece condições especiais de trabalho para o idoso.</p> <p>➔ PLC 174/09, de Marcelo Crivella (PRB-RJ) – Reconhece a atividade de repentista como atividade artística. Vai à sanção.</p> <p>CCT</p> <p>➔ PLS 260/09, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – Autorizações para rádios comunitárias só serão concedidas a empresas com pelo menos dois anos de atuação. Vai à Câmara.</p> <p>➔ PLS 283/09, de Flexa Ribeiro – Recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) poderão subsidiar o consumo de serviços públicos para a população de baixa renda. Vai à Câmara</p> <p>A CCT aprovou ainda 41 projetos de decretos legislativos de concessão de rádios.</p>

São publicadas nesta seção as proposições aprovadas em definitivo em Plenário e nas comissões

decisões

Acordo judicial com poder público isento de reexame

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que dispensa de duplo exame as sentenças finais que homologuem acordo em processos contra a administração pública.

A lei atual sujeita as sentenças contra qualquer órgão de todas as esferas públicas a uma confirmação pelo tribunal. Pelo projeto, essa regra não será aplicável quando os advogados do poder público fizerem acordos com o objetivo de pôr fim ao litígio.

O autor da proposta (PLS 28/09), Jefferson Praia (PDT-

AM), lembra que os advogados públicos são obrigados a recorrer de decisões apenas por dever de ofício.

A confirmação pelo tribunal, de acordo com a lei atual, já não se aplica quando a condenação for inferior a 60 salários mínimos ou quando a sentença estiver baseada em súmula dos tribunais superiores.

A proposta recebeu voto favorável do relator, Osmar Dias (PDT-PR), que manifestou seu entendimento de que o projeto proporciona maior celeridade processual e busca desafogar o Poder Judiciário.

Estados: tempo maior para provar quitação

A CCJ aprovou uma mudança nas exigências feitas pela União para conceder garantia a empréstimos externos de estados e municípios. Pelo projeto (PRS 62/09), de Romero Jucá (PMDB-RR), essa comprovação deve ser feita agora apenas na ocasião da assinatura do contrato da operação. Pela regra vigente, essa verificação é feita pela Secretaria do Tesouro Nacional antes do exame do empréstimo pelo Senado, ao qual cabe autorizar esse tipo de operação. O relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), endossou o ponto de vista de Jucá de que a regra da verificação prévia está prejudicando estados e municípios, que devem contar com todo o tempo "possível e necessário" para se ajustarem à exigência. A matéria vai a exame da Comissão Diretora.

PLANOS DE GOVERNO

Candidatos a presidente, governador e prefeito deverão registrar seus planos de governo na Justiça Eleitoral até dois meses antes das eleições. Essa é uma das novidades do texto de Arthur Virgílio (PSDB-AM) para projeto de lei (PLS 229/09) de Tasso Jereissati (PSDB-CE) aprovado pela CCJ.

FUSO HORÁRIO

Em 2008, em razão da Lei 1.662, o horário do Acre foi alterado, levando o fuso horário do estado em relação a Brasília a passar de duas para uma hora. O Senado aprovou na terça-feira projeto propondo referendo sobre o assunto (PDL 867/09) juntamente com as eleições de 2010. A matéria vai à promulgação.

Proposta facilita crédito externo para municípios

A União terá que oferecer garantias também para os empréstimos externos contratados pelos municípios com menos de 100 mil habitantes, de acordo com proposta de Pedro Simon (PMDB-RS) aprovada na quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto (PDS 128/07) muda uma resolução da Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento (Cofix) que restringiu a análise de pedidos de operação de crédito externo de interesse de municípios, com garantia da União, aos municípios com população superior a 100 mil habitantes.

A modificação aprovada acaba com essa limitação e constitui o foco do parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Os conselhos federal e regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia podem passar a atuar no controle das obras inacabadas financiadas com recursos federais, reforçando o trabalho do Tribunal de Contas da União (TCU). É o que prevê projeto (PLS 58/08) de Fernando Collor (PTB-AL) aprovado pela CCJ.

DESENVOLVIMENTO

A criação da Região Integrada de Desenvolvimento da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, prevista em projeto (PLS 686/07 – Complementar) de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi aprovada pela CCJ. A matéria segue agora para o Plenário. Segundo Zambiasi, a medida deverá contribuir para reativar a economia gaúcha.

Prazo para revalidar diploma: seis meses

Vai à sanção presidencial projeto que fixa prazo para universidades se manifestarem sobre a revalidação de títulos obtidos no exterior

O prazo para revalidação de diplomas de graduação e de pós-graduação expedidos por universidades estrangeiras será fixado em seis meses. É o que determina o projeto (PLS 498/03) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que sofreu alterações na Câmara e foi aprovado em definitivo pelo Plenário do Senado na última quarta-feira. O projeto vai agora à sanção presidencial.

Atualmente, uma resolução do Conselho Nacional de Educação determina que a universidade deve se pronunciar sobre a revalidação dos cursos de graduação feitos no exterior no prazo máximo de seis meses, sem fixar prazo para os cursos de mestrado, doutorado e pós-graduação *lato sensu*.

Pelo projeto, os critérios para revalidação em relação à equivalência dos currículos são: para

os cursos com mais de 95% de equivalência, deve ser revalidado o diploma; entre 95% e 75%, o candidato deverá submeter-se a provas na própria universidade responsável pela revalidação do currículo; e abaixo de 75%, deverão ser realizados estudos complementares na própria universidade ou em outra instituição que realize curso correspondente, sem a dispensa de processo seletivo.



Senadores entenderam que, para os diplomas com equivalência de currículo menor que 75%, será necessário estudar mais

CAS aprova condições especiais de trabalho para idosos

A diminuição da jornada de trabalho para serviços perigosos ou insalubres e exames médicos periódicos poderão ser direito dos trabalhadores com mais de 60 anos, de acordo com proposta aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), mantém a possibilidade de realização de horas extras por meio de acordo coletivo. No entanto, o excesso de horas em um dia deverá ser

compensado pela diminuição em outro, com limite máximo de 44 horas semanais.

Em caso de prorrogação do horário normal, é obrigatório um descanso de 30 minutos antes do período extraordinário. O texto também determina a redução de 30 minutos na jornada quando exercida em condições penosas, perigosas ou insalubres.

Se não houver recurso para o Plenário, o projeto (PLS 315/07) irá ao exame da Câmara.

Professores e médicos ganham facilidades para pagar dívida com o Fies

O professor da rede pública de educação básica e o médico do programa de saúde da família que tenham dívida junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) poderão ter abatimento mensal de 1% do saldo devedor. É o que determina proposta (PLC 184/09) aprovada na última quarta-feira pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto muda o prazo do financiamento de duas vezes

o tempo de duração do curso, como é atualmente, para três vezes, diminuindo as prestações e facilitando o pagamento.

A redução dos juros incidirá sobre os contratos já formalizados, explicou o relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O projeto ainda depende de decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Depois, se não houver recurso para o Plenário, será enviado à análise dos deputados.

PREÇO POR MEDIDA

O fornecedor poderá ser obrigado a informar não apenas o preço total do produto, mas também o preço por unidade de medida – peso, comprimento, volume. A proposta (PLS 231/04), de Demostenes Torres (DEM-GO), foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

OSCIPS

As organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) poderão atuar na melhoria de moradias, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta (PLS 313/09), de Marcelo Crivella (PRB-RJ), segue agora para a CCJ.

REPENTISTAS

Com a presença de mais de 30 repentistas de vários estados nordestinos, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto (PLC 174/07) do deputado André de Paula (DEM-PE) que reconhece a atividade de repentista como profissão artística.

REGISTRO DE MÚSICAS

Proposta que obriga o registro de músicas na Biblioteca Nacional foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A matéria (PLC 24/09) visa assegurar o registro, a divulgação e a preservação da produção musical nacional.

tabaco

Debate sobre impostos mostra contradições da indústria do fumo

Em razão das dificuldades das pequenas empresas ligadas à produção de cigarros, senador Efraim Morais propôs reunião dos setores envolvidos

Atribuição sobre a indústria do fumo dividiu opiniões em debate realizado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A Receita Federal e o Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo (Sindifumo), que assumiu a defesa dos interesses das pequenas empresas, divergem em relação à política tributária para o setor.

O senador Efraim Morais (DEM-PB) solicitou o encontro do último dia 17 para discutir as dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas desde o Decreto 3.070/99, que estabeleceu um valor fixo para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por maço de cigarros e a partir das características físicas do produto, como embalagem e comprimento, independentemente do porte da empresa fabricante.

No entanto, embora aparentemente restrito à questão tributária, o debate na CAE revela a ponta do grande iceberg de contradições em que está mergulhada a indústria do tabaco no Brasil e no mundo.

Se de um lado ela gera emprego e renda, sustentando milhões de pessoas, de outro atinge outros milhões de pessoas acarretando grave problema de saúde pública, contra o qual atuam organismos internacionais e dezenas de países. O objetivo é reduzir ao máximo – e se possível varrer do mapa – o vício do cigarro em benefício não apenas da saúde como também dos cofres dos governos, obrigados a investir no tratamento de doenças relacionadas ao uso do tabaco.



Armazenagem de charutos produzidos pela Monte Pascoal na Bahia: Brasil é o segundo maior produtor de tabaco, com faturamento anual de R\$ 15 bilhões

Receita Federal descarta tributação diferenciada para pequenas empresas

O auditor da Receita Federal Marcelo Fisch de Berredo Menezes afirmou no debate que não há margem para uma tributação diferenciada para as pequenas empresas, em razão do custo social provocado pelos males que essa indústria causa à saúde.

O setor tem dívidas com a Receita da ordem de R\$ 7 bilhões, e ainda há grandes perdas de arrecadação causadas pelo contrabando e pela falta de pagamento de impostos, com amparo judicial, por parte de algumas empresas de pequeno porte.

Já o presidente do Sindifumo, José Henrique Nunes Barreto, criticou a unificação da alíquota do IPI por servir aos interesses das multinacionais, enquanto o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, André Franco Montoro Filho, concorda com a Receita no que diz respeito à necessidade de combater a sonegação, mas ressalta que é preciso simplificar o regime tributário.

Apesar de apoiar qualquer medida de combate ao contrabando e à informalidade no setor, o presidente

do Sindicato da Indústria do Fumo (Sinditabaco), Iro Schünke, discorda de qualquer decisão que possa interferir na produção (veja infográfico). Ele destacou a rentabilidade da fumaça comparando o preço pago aos produtores de tabaco, que subiu 185% nos últimos dez anos, sendo que, no mesmo período, o preço do arroz subiu apenas 2,8%; o do feijão, 13%; o do milho, 54%; e o da soja, 85%.

Já o representante do Ministério da Saúde e secretária-executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, Tânia Cavalcanti, defendeu a criação de programas de incentivo à substituição da cultura de fumo como forma de apoiar os pequenos agricultores e combater o vício.

Ricardo Becker, presidente do Sinditabaco da Bahia, reivindicou tratamento tributário diferenciado para a indústria de charutos e cigarrilhas, que, segundo ele, enfrenta “concorrência desleal” dos charutos cubanos, que estariam entrando no país sem pagar taxa de importação.

Projetos visam desestimular cultivo e evitar prejuízos a produtores e trabalhadores

Entre os projetos de interesse da indústria do fumo que tramitam no Congresso, há diversos de iniciativa de senadores. O PLS 176/07, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), em análise na Comissão de Direitos Humanos, propõe a criação do Fundo Nacional de Proteção aos Trabalhadores da Fumicultura, para proteger os empregados e estimular a diversificação da atividade econômica nas áreas cultivadas com tabaco.

A proposta estende a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) à importação, fabricação e venda de derivados do fumo para financiar o fundo. Os recursos seriam destinados à pesquisa e desenvolvimento de novas culturas (7,5%); ao financiamento da substituição de cultura (15%); ao produtor rural de tabaco e ao trabalhador temporário (30%); ao trabalhador na indústria do fumo (7,5%); e ao estudo e tratamento das doenças decorrentes do uso do tabaco (40%).

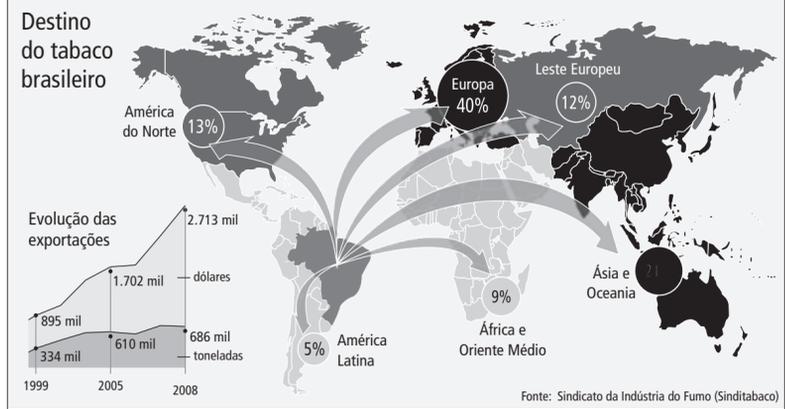
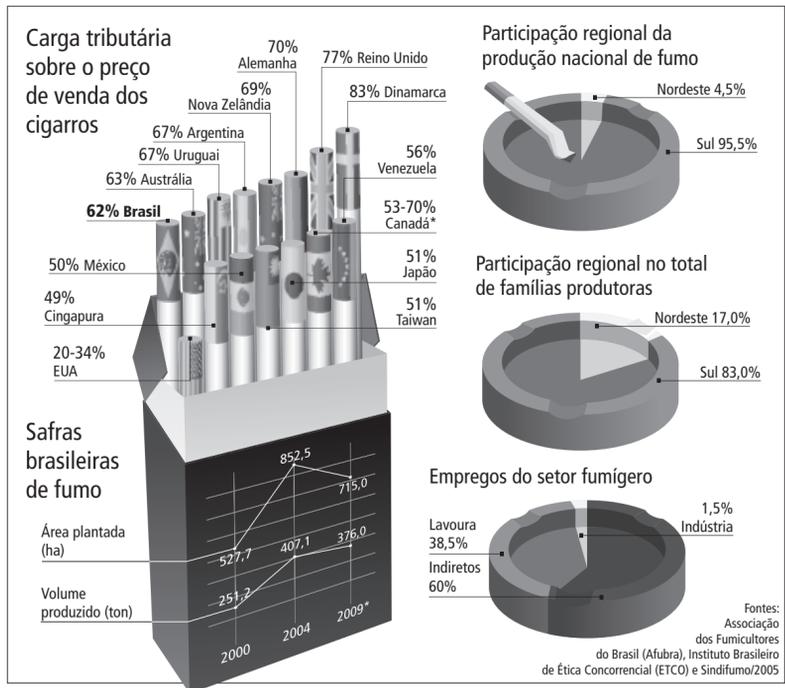
Para Paulo Paim (PT-RS), relator, “os agricultores dedicados à cultura do fumo precisam ser estimulados a diversificar as atividades econômicas e os trabalhadores precisam ser protegidos e preparados para exercer outras profissões”. Ele pede aprovação urgente da proposta, para que produtores e trabalhadores não sejam prejudicados pela queda da demanda e pelo desemprego, que podem ocorrer rapidamente com a recente elevação dos

impostos sobre derivados do tabaco.

Outro projeto de Zambiasi, o PLS 341/05, estabelece que o estímulo à substituição da cultura do tabaco seja incluído entre os objetivos do crédito rural. Aprovado pelo Senado, espera desde 2006 a análise da Câmara dos Deputados.



Sérgio Zambiasi propõe meios de substituição de cultura não prejudicar produtores e trabalhadores



Faturamento se mantém apesar das políticas antitabagistas e da taxação elevada

No Brasil, a produção de cigarro tem se mantido relativamente estável desde 2003. De acordo com a Receita, o volume produzido em 2007 chegou a 5,7 bilhões de maços, 1,8% a mais que em 2006.

O faturamento total na safra 2007/2008, segundo a Associação dos Fumicultores Brasileiros (Afubra), ficou em R\$ 15,3 bilhões, dos quais 71,8% gerados pelas vendas no mercado doméstico e 28,2% pelas exportações. Desse faturamento, 6,1% ficaram com o segmento varejista; 21,5%, com a indústria; 21,8%, com os fumicultores; e 50,7%, com o governo, sob a forma de impostos.

O mercado é praticamente monopolizado pela Souza Cruz (68,7%), do grupo British American Tobacco, seguida pela Philip Morris (16,4%), além de forte participa-

ção do contrabando (estimado em 30% do total), de acordo com a consultoria Lafis.

Em julho de 2007, a alíquota do IPI sobre o cigarro aumentou em 30%, o que levou a um aumento de preços da ordem de 12,5% e reduziu o consumo em cerca de 1,4%, invertendo a curva de crescimento do setor no país nos últimos anos.

Em 2008 os preços também subiram (6,8%).

O contrabando, a falsificação e a sonegação, mesmo reduzidos pelas ações de combate, continuam firmes. São mais de 360 marcas ilegais, que geram perda anual de arrecadação tributária estimada em R\$ 1,7 bilhão, segundo o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial.

Cerca de 95% do fornecimento de fumo para a indústria é feito por famílias de pequenos produtores

do sul do país, 63% deles donos de propriedades de até 20 hectares. Juntos eles cultivam fumo em 180,5 mil hectares. O preço do fumo é estabelecido por acordos entre as empresas processadoras e os fumicultores.

A eficiência e a qualidade da produção nacional conferem preços competitivos ao fumo brasileiro nos mercados internacionais e a garantia de fornecimento em vários estilos de tabaco.

Já a Bahia se destaca como o principal produtor de charutos do país, com 11 fábricas. No auge da atividade, entre 1940 e 1960, chegou a produzir 250 milhões de unidades/ano. Hoje vende anualmente 10 milhões de charutos, considerados pelos especialistas entre os melhores do mundo. Em 2007, os fabricantes de charutos, que eram enquadrados no modelo Simples de tributação, deixaram de sê-lo, o que aumentou os impostos dessas empresas de 9% para cerca de 40%.

Esses dados complementam

Maior exportador do mundo tem as leis antifumo mais severas

O Brasil tem se destacado pela política antitabagista, com uma das legislações mais severas do mundo, apesar de ser grande produtor e o maior exportador de tabaco do mundo. Como resultado, o consumo de cigarros caiu bastante nas últimas décadas.

Segundo a consultoria Lafis, em 1989 cerca de 34,8% da população brasileira adulta fumava diariamente. Essa proporção já era de 22,4% em 2003. O número de cigarros consumidos diariamente, contudo, não caiu tão drasticamente: a média diária baixou apenas de 12,6 cigarros no período.

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, primeiro tratado de saúde pública da história, assinado em 1999 por iniciativa da Organização Mundial da Saúde junto a 192 estados membros, fixa padrões internacionais e prevê uma série de medidas para o controle do tabaco, relacionadas à propaganda e patrocínio, à política de impostos e preços, à rotulagem, ao comércio ilícito e ao tabagismo passivo, entre outras.

Esse tratado visa complementar

e fortalecer as ações nacionais e locais para preservar as gerações, presentes e futuras, das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça do tabaco. Algumas das principais medidas são: políticas tributárias e de preços; regulamentação da exposição a emissões; programas de educação e conscientização; e programas de tratamento da dependência da nicotina.

O Senado ratificou o tratado em 2005, assegurando a participação brasileira nas discussões sobre combate ao tabagismo e sobre saídas para os agricultores que vivem do fumo.

O Brasil vem aperfeiçoando sua legislação, proibindo o fumo em lugares públicos fechados e a propaganda de cigarros, além de investir em campanhas publicitárias contra o tabagismo. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro já têm leis ainda mais rigorosas, que proíbem o fumo em qualquer lugar público coletivo e que eliminaram os chamados “fumódromos” – áreas exclusivas para fumantes.

Consumo de cigarros cresce nos países em desenvolvimento

Segundo a consultoria Lafis, a produção mundial de fumo é bastante concentrada. China, Brasil, Índia e Estados Unidos detêm 66,8% do total produzido. O Brasil, em 2007, foi o segundo maior produtor mundial (depois da China), e é o maior exportador desde 2003 (seguido por Estados Unidos e Índia), de acordo com dados do Departamento de Agricultura dos EUA (Usda). Nos anos 1980, o consumo mundial de cigarros era estável, crescendo com o aumento da população. A partir de 1990 começou uma fase de declínio, causada pela maior conscientização acerca dos males provocados pelo fumo. Entretanto, no Leste Europeu e na Ásia, a partir de 1994, o consumo de cigarro voltou a crescer. Segundo a Lafis, nesses novos mercados o número de fumantes é grande, as fábricas são obsoletas, a propaganda de cigarros é liberada e ainda há pouca conscientização a respeito dos males do fumo. Hoje estima-se que mais de 15 bilhões de cigarros são fumados diariamente no mundo.

Na China, por exemplo, consome-se cerca 2,1 trilhões de cigarros ao ano, quatro vezes mais que nos EUA. Na Índia, o consumo

é de cerca de 480 bilhões. No mercado russo, em quarto lugar, a estimativa é de que o consumo atinja 310 bilhões de cigarros. O Japão, com um dos maiores percentuais de fumantes do mundo (cerca de 25% da população, ou 34 milhões de pessoas), não tem campanha contra o uso do cigarro. A Japan Tobacco, uma das grandes patrocinadoras de corridas de Fórmula 1 até o final da década de 1980, pertencia ao governo japonês antes de ser privatizada. Mesmo em países como EUA, Canadá e Grã-Bretanha, onde houve redução do fumo entre adultos, o hábito tem crescido entre os jovens, sem contar que as pressões antitabagistas têm aumentado as exportações em vez de reforçar a substituição da cultura de fumo. De acordo com o Sindifumo, o consumo mundial continua crescendo cerca de 1% ao ano, especialmente nos países menos desenvolvidos. Nos países europeus, como França e Alemanha, o consumo aumenta ou se mantém. A queda é maior nos EUA e na Inglaterra. No Brasil, também houve queda no consumo, mas os preços altos e o baixo poder aquisitivo favorecem o mercado ilegal.

internet

Brasil prepara salto de qualidade em banda larga

País tem obstáculos para oferecer conexão de alta velocidade com padrão similar ao de países desenvolvidos. Redução de preços e aumento da rede são desafios para atingir a meta de 90 milhões de acessos até 2014

O futuro das comunicações está no uso da internet em altas velocidades (as chamadas conexões de banda larga), mas o Brasil ainda precisa superar grandes obstáculos se quiser alcançar os países mais desenvolvidos nesse setor. Uma redução substancial do preço cobrado dos consumidores pelo serviço e maciços investimentos na ampliação das redes fixa e móvel de banda larga foram os principais pontos discutidos na semana passada por convidados da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado.

No Japão, o Mbps de banda larga sai a R\$ 2. No Brasil, preço mínimo é R\$ 50

Atualmente, para se ter uma ideia, o estado brasileiro mais bem servido por banda larga fixa é São Paulo, mas, ainda assim, pouco mais de 11% da população tem acesso ao serviço. A banda larga cresceu 16% no Brasil somente no primeiro semestre deste ano, atingindo um total de 13,6 milhões de conexões (leia mais na página ao lado), mas o governo federal está finalizando um ambicioso plano que tem como meta chegar a 90 milhões de conexões em 2014 (30

milhões fixas e 60 milhões pelos telefones celulares). Com a previsão de R\$ 75,5 bilhões em investimentos públicos e privados nos próximos cinco anos, a ideia é ter 50% dos domicílios conectados à internet em altas velocidades (confira na página ao lado, no alto). Praticamente dois terços viriam de recursos das próprias empresas, que poderão buscar financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O restante seria injetado pelos governos federal e estaduais.

No Brasil, todas as pesquisas apontam que é o alto preço o maior empecilho à popularização da banda larga. Países como a Coreia do Sul e o Japão, com poder aquisitivo muito superior, cobram menos de R\$ 2 por cada megabyte por segundo de velocidade (Mbps) na conexão por mês. Aqui, não se consegue um serviço de 2 Mbps por menos de R\$ 50, mesmo assim associado a um plano de telefonia.

Um projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pode ajudar

a alavancar o crescimento do país no setor. O PLS 1.481/07, que está para ser votado pelo Plenário da Câmara, destina recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust) para oferecer a conexão de todas as escolas públicas por banda larga até 2013 e também promover a universalização do acesso à internet para pessoas de baixa renda.

– Esse projeto vai abrir a porta para inclusão digital de 49 milhões de alunos, que terão acesso a tudo o que representa a internet no século 21 – afirma Mercadante, lembrando que o Fust tem cerca de R\$ 8 bilhões de recursos acumulados.

O projeto que altera a legislação do Fust já passou pelo Senado, mas, como está sendo alterado pela Câmara, voltará para nova análise dos senadores. Na Câmara tramitam outras propostas que pretendem usar dinheiro do Fust para garantir acesso à banda larga por toda a população ou, pelo menos, pelos programas de telemedicina e telessaúde do SUS. Além disso, há uma proposta que quer tornar direito universal o acesso à banda larga, como já ocorre na Suíça.



ANA VOLPE

Alto custo impede que 54% da população acesse a internet

No debate promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) na semana passada, o alvo das maiores críticas em relação ao serviço de banda larga no Brasil foi o preço, obstáculo não apenas à ampliação da rede nacional, mas também causador de desequilíbrio social no acesso à internet.

– O preço tem sido a barreira mais severa para impedir a ampliação – assegurou o diretor-geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Nelson Simões, citando dados do Comitê Gestor da Internet. Segundo pesquisa da entidade, o alto custo impede 75% dos entrevistados de utilizarem computadores e 54% de se conectarem à internet. Mais ainda, 35% da população estaria disposta a pagar até R\$ 50 por uma conexão de banda larga.

A pesquisa encontra respaldo em da-

dos apresentados pelo diretor de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Wohlers de Almeida. Ele avaliou que, se o custo médio do serviço caísse pela metade (em torno de R\$ 81, segundo afirmou), o número de domicílios com banda larga mais que dobraria.

Representantes das empresas que prestam os serviços não participaram do debate, mas, há cerca de um mês, em um evento em São Paulo chamado Futurecom, as operadoras de telefonia repetiram o discurso de que a redução de impostos é o caminho para ampliar a oferta a preços mais acessíveis.

– O total de tributos sobre serviços de telecomunicações chega a 42%. É muito elevado. Deveria haver uma redução gradativa nos impostos, algo que seria compensado com o aumento na base

de clientes. O Brasil deveria dar um tratamento diferenciado para a banda larga – disse Paulo Cesar Teixeira, vice-presidente de operações da Vivo.

O presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), lembrou que, quando presidiu o Brasil (1990-1992), acabou com a reserva de mercado na informática, permitindo um salto no desenvolvimento do setor. Há 20 anos, afirmou, tudo passava pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), onde se amontoavam guias de importação de equipamentos hoje produzidos no país.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reclamou que o Norte está atrás das outras regiões no oferecimento de acesso a internet. Ele citou o caso de Santarém, um dos maiores municípios do Pará, que dispõe somente de acesso discado.

Lan-house em Brasília: serviço é alternativa para quem não tem como pagar por conexão em casa. Ipea avalia que, se custo do serviço caísse pela metade, o número de domicílios com banda larga no país dobraria

Governo vai investir R\$ 75,5 bi até 2014

O governo federal deve anunciar oficialmente nesta semana suas metas para o mercado de banda larga nos próximos anos e, a julgar pelo que já foi antecipado pela imprensa, os objetivos são bastante ambiciosos em termos de ampliação da oferta, das velocidades de conexão e mesmo do calcanhar de aquiles do sistema nacional, que são os preços muito elevados.

Com a previsão de R\$ 75,5 bilhões em investimentos públicos e privados nos próximos cinco anos, o Brasil quer chegar a 2014 com 50% dos domicílios conectados à internet em banda larga, somando 90 milhões de acessos (hoje, são menos de 14 milhões). Desse total, R\$

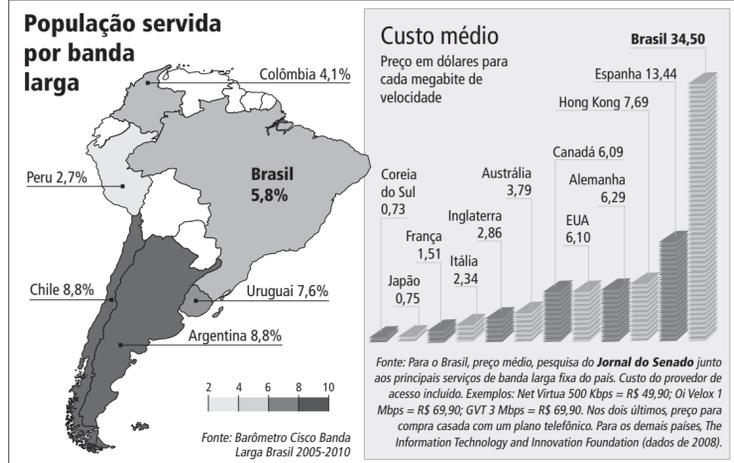
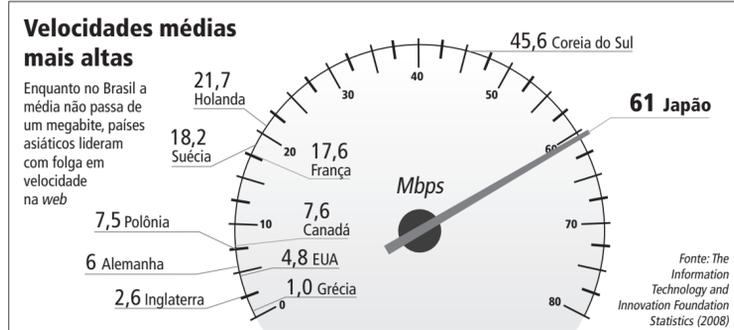
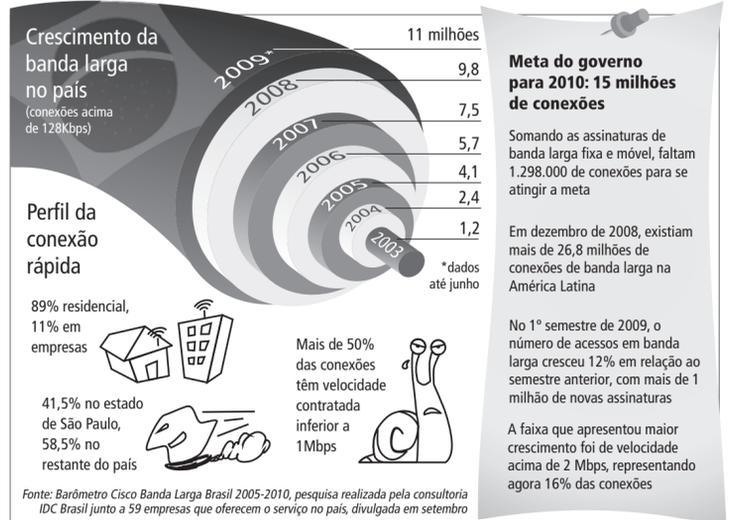
49 bilhões seriam em recursos próprios das empresas e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os outros R\$ 26,5 bilhões viriam de recursos públicos.

A massificação da banda larga, no planejamento do governo federal, seria dividida em 30 milhões de acessos fixos e 60 milhões por telefone celular. Ser dada prioridade ao atendimento integral de pontos públicos e de acesso coletivo, como 177 mil hospitais e postos de saúde, 10 mil bibliotecas e escolas rurais (as urbanas já fazem parte de outro plano de metas), 14 mil órgãos de segurança pública e o restante da administração fede-

ral, estadual e municipal. Baixar o preço da conexão, para que as classes mais pobres e o interior possam ter acesso à banda larga, é o desafio mais complicado, do ponto de vista econômico.

O Ministério das Comunicações sonha ter, em 2014, a banda larga popular (com 2 Mbps) ao custo mensal máximo de R\$ 30. Bastante abaixo do que é praticado no mercado hoje (veja gráfico na página ao lado), porém ainda a anos-luz de distância do que se cobra pelo mundo afora.

O terceiro objetivo do projeto federal é elevar em dez vezes a velocidade mínima de conexão, saltando de 200 Kbps para 2 Mbps em 2014.



Da esquerda para a direita: Nelson Simões, diretor-geral da Rede Nacional de Pesquisa; Emilia Maria Silva Ribeiro Curi, diretora-conselheira da Anatel; e senador Fernando Collor (PTB-AL) durante o debate realizado pela CI



MOEIRA/MARIZ

Internet rápida cresceu 16% no Brasil de janeiro a junho

O Brasil ultrapassou no primeiro semestre deste ano o patamar de 13,6 milhões de conexões banda larga, de acordo com a 12ª edição do Barômetro da Banda Larga. Os acessos rápidos à internet cresceram 16%, com 1,13 milhão de novas conexões fixas e 680 mil conexões móveis. Considerado o período de junho de 2008 a junho de 2009, a banda larga no Brasil aumentou 36,5%.

O estudo é feito a cada seis meses com 49 provedores de acesso pela consultoria IDC, com o patrocínio da Cisco, empresa que produz programas e equipamentos para computador, inclusive para acesso à internet (veja mais no infográfico). Junho de 2009 fechou com 2,6 milhões de conexões móveis e 10,9 milhões de conexões fixas. Se o número de acessos aumen-

ta rapidamente, a velocidade de navegação cresce "timidamente", na avaliação do relatório. A faixa entre 512 Kbps e 999 Kbps ainda é a mais popular (28%), porém as conexões entre 1 e 2 Mbps passaram a 22% do total. Apenas 16% estão acima de 2 Mbps.

Outro problema é a concentração do serviço. Só o estado de São Paulo tem 4,5 milhões dos 10,9 milhões de pontos fixos de banda larga. E, mesmo assim, atende a apenas 11,04% de sua população. Situação ruim, porém muito melhor do que nas regiões mais pobres: no Norte, só 3,51% desfrutam da banda larga e no Nordeste, 1,19%.

Há seis anos, o Barômetro traçou uma meta de 15 milhões de conexões até 2010, número que deve ser alcançado neste semestre, se for mantido o ritmo de crescimento.

Só 16% têm acesso com velocidade superior a 2 megabites

Brasil é apenas o 45º em qualidade de serviço

Não importa o ranking, o Brasil aparece sempre mal posicionado no mercado mundial de banda larga. Em final de setembro, figurava em 45º lugar, entre 66 países, em estudo que mede a qualidade das conexões de alta velocidade realizado pelas universidades de Oxford (Reino Unido) e Oviedo (Espanha), com patrocínio da Cisco.

A pesquisa leva em conta a velocidade e a estabilidade da conexão. O Brasil atingiu 24 pontos no índice, ficando atrás de países como Grécia, Irlanda, Ucrânia e Catar. Entre os emergentes, o país aparece atrás de Rússia (18º) e China (43º) e à frente apenas da Índia (63º).

Os países mais bem colocados – Coreia do Sul, Japão, Suécia, Lituânia e Bulgária, nesta ordem – já possuem banda larga com qualidade para atender às exigências das novas aplicações de

internet, como a TV em alta definição e a maior interatividade. O Brasil e 61 dos 66 pesquisados melhoraram a qualidade dos serviços de internet banda larga desde o ano passado. O desempenho brasileiro, porém, não foi suficiente para figurar entre as 30 nações mais desenvolvidas

no quesito, segundo o ranking da Itif (Fundação de Informação, Tecnologia e Inovação, na sigla em inglês)

A pesquisa leva em conta três indicadores: penetração da banda larga (assinantes por número de habitantes), velocidade média e preço por Mbps. A Coreia do Sul também lidera esse ranking, com 93 assinantes para cada 100 moradores, uma média de 49,5 Mbps para downloads e o custo médio (mínimo, em termos brasileiros) de 37 centavos de dólar por Mbps.

comunicação

Senadores veem conferência com reservas

Ideologização dos debates e inclusão de “temas extravagantes” podem diminuir impacto do evento, que tem apoio do Senado

Convocada pelo presidente Lula para sugerir um novo marco regulatório para o setor de comunicação social, a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que ocorre em dezembro em Brasília (*leia mais abaixo*), é vista com reservas por senadores indicados pela Casa para acompanhar a organização do evento. Para eles, o risco de o debate representar tendências ideológicas é grande.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), teme que a conferência não influencie positivamente as políticas para o setor. Segundo o senador, os movimentos sociais querem tocar em temas conflituosos, o que pode não levar a propostas aplicáveis.

– Os representantes da sociedade estão reivindicando espaço determinado nas grades de programação, o que pode ser entendido como uma interferência na mídia – avalia Flexa Ribeiro, que representa o Senado na comissão organizadora da Confecom. O segundo representante é Wellington Salgado (PMDB-MG), que foi presidente da CCT até o ano passado e é suplente do ministro das Comunicações, o senador licenciado Hélio Costa, que preside a Confecom.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), suplente de Flexa Ribeiro na Confecom, é ainda mais cético com relação ao evento, que, na sua opinião, pode ser uma mobilização do governo para cercear a iniciativa privada e aumentar a participação dos veículos estatais no setor. Para ele, o governo tem tomado iniciativas para tutelar, amordacar e limitar “uma mídia livre, que opina e que investiga inclusive a corrupção”.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que já havia apontado a possibilidade de polarização das propostas da Confecom em debate na CCT, sugere que o Senado deve ter

um papel crítico na análise das sugestões do evento.

– Quem vai decidir efetivamente sobre essas questões é o Senado. Aqui, vamos filtrar os debates e, se for necessário, desideologizar as propostas – afirma Zambiasi, que é radialista e membro da CCT.

Flexa Ribeiro também acredita que a conferência sofre com a decisão de entidades empresariais de não participar.

– Os temas definidos para debate são extravagantes e vai ser muito difícil chegar a um consenso. O debate está ideologizado. Talvez até por isso essas entidades resolveram não se comprometer – afirma o presidente da CCT.

Também membro da comissão, Renato Casagrande (PSB-ES), apesar de nutrir uma boa expectativa com relação à conferência, considera que o evento foi prejudicado pela saída de setores empresariais.

– Sempre que alguém se ausenta, fragiliza a discussão. Mas acredito que a conferência vai cumprir seu papel – analisa.

Em agosto, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Brasileira de Internet (Abranet), a Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ), entre outras entidades que reúnem empresários do setor, comunicaram, em nota, a decisão de deixar a organização da Confecom, por entenderem que alguns temas caros para as entidades, como a livre iniciativa e o direito à informação, foram vistos como “obstáculo à confecção do regimento interno e do documento-base” que serviriam como pontos de



Etapa da Conferência Nacional de Comunicação em São Paulo: entre 5 mil e 7 mil pessoas participaram das discussões nos estados

partida para o evento.

Fernando Paulino, professor da Universidade de Brasília e membro da comissão organizadora da conferência como representante do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), entidade de profissionais da área, destaca, porém, que o empresariado está representado pela Associação Brasileira de Radiodifusão (Abra), que participou das etapas estaduais e apresentou propostas que estarão em debate em dezembro.

Apesar de considerar que poderia haver maior divulgação, Paulino acredita que o espaço é inédito para debater a comunicação. Depois de ter acompanhado as etapas estaduais do Paraná, do Distrito Federal e do Amazonas, ele confirmou as demandas por maior inclusão, maior acesso a banda larga, a necessidade de um órgão regulador do setor e maior incentivo à produção regional, entre outros assuntos.

Segundo ele, entre 5 mil e 7 mil pessoas participaram das rodadas em todos os estados. Ele espera que, além de sugestões que possam inspirar projetos no Congresso Nacional, a conferência ajude a incluir a comunicação nas plataformas eleitorais de candidatos nas eleições de 2010.

Conselho do Congresso está desativado há três anos

O Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional espera a eleição de novos membros desde fevereiro de 2007. A última reunião do colegiado, que deve ser consultado em assuntos que dizem respeito a radiodifusão, liberdade de expressão, democratização do acesso aos meios de comunicação, entre outros, aconteceu em 11 de dezembro de 2006.

A escolha dos novos membros depende de eleição pelo Senado e pela Câmara em sessão do Congresso convocada pelo presidente do Legislativo para essa finalidade. Antes disso, porém, é preciso que as mesas das Casas definam uma chapa com os candidatos. O CCS deve ser formado por representantes da sociedade civil ligada a jornais, emissoras de rádio e TV, de forma corporati-

va, com patrões de um lado e trabalhadores de outro.

Apesar de estar previsto na Constituição de 1988, o conselho só foi instalado pela primeira vez em 2002, como parte de um acordo que permitiu a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que levou ao aumento do percentual de participação do capital estrangeiro em empresas jornalísticas a 30% (Emenda 36/02). Na época, a oposição, capitaneada pelo PT, pediu a instalação do órgão para que a PEC fosse aprovada.

Quando deixou de funcionar, o CCS tinha cinco comissões em funcionamento: de regionalização e qualidade da programação e de radiodifusão comunitária, de tecnologia digital, de TV por assinatura, de marco regulatório e de liberdade de expressão.

O que é a 1ª Conferência Nacional de Comunicação

A 1ª Confecom, que ocorrerá de 14 a 17 de dezembro, em Brasília, terá como tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. O evento atende a reivindicação dos movimentos sociais que avaliam que falta um marco regulatório adequado para o setor, marcado pela convergência tecnológica e novas mídias, como a internet.

No Fórum Social Mundial deste ano, o presidente Lula anunciou a conferência, convocada por decreto em abril. A presidência do evento é

do Ministério das Comunicações e, além de órgãos do governo, a comissão organizadora tem membros do Senado e da Câmara, e de movimentos sociais, empresas de comunicação e emissoras públicas.

Nas etapas estaduais foram escolhidos 1.684 delegados e aprovadas cerca de mil sugestões para a etapa nacional, em que serão aprovadas propostas com 60% dos votos. Do total de delegados, 40% vêm de movimentos sociais, 40%, do empresariado e 20%, do governo.

CCT promove debates sobre temas da Confecom

Às vésperas da Confecom, as comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática do Senado e da Câmara promovem, no próximo dia 8, uma jornada de debates sobre os temas que farão parte da Confecom com o objetivo de buscar uma “agenda positiva para o desenvolvimento e fortalecimento do setor de comunicação”. O encontro também espera que a Confecom produza “sugestões para uma estratégia

de longo prazo para que o Brasil se insira de maneira consciente na era da informação digital”.

Ao longo do dia, três painéis vão debater: a convergência tecnológica e a economia globalizada e os objetivos socioculturais do país; o futuro da banda larga e da internet aberta no Brasil; aspectos relevantes para o futuro da radiodifusão privada, pública, estatal, educativa e comunitária no país; e a TV digital como fer-

ramenta de inclusão social.

Os presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, José Sarney, além do ministro das Comunicações, Hélio Costa, são esperados na abertura do evento. Patrocinador da jornada, o presidente da CCT, senador Flexa Ribeiro, e os senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF) devem fazer palestras ao lado de especialistas e autoridades do governo.

comissões

Empresário de tíquete-alimentação levou a ideia ao governo federal

Um empresário do ramo de consultoria afirma ter sido o autor da ideia de criar um vale-cultura no país. O objetivo era, justamente, incorporar os bens culturais aos benefícios do trabalhador.

Mais de uma década depois, o projeto de lei assinado pelo governo federal pode ser aprovado pelo Congresso. A ideia teria sido levada ao Ministério da Cultura em 1997 por Jorge Muzy, hoje presidente da Muzy Corp, empresa especializada em *marketing* cultural.

Ele pretendia usar mecanismo idêntico ao usado nos vales refeição e alimentação,

que se baseiam no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (2003-2008), Muzy diz que ganhou corpo no governo federal a intenção de resgatar o vale-cultura, que já havia sido apresentado como projeto de lei no Congresso algumas vezes.

– É a realização de um sonho 13 anos depois. Tenho certeza que podemos contribuir muito com o Ministério da Cultura, pois hoje temos o *know-how* necessário para ajudarmos a operar o sistema vale-cultura desde o início – afirma.

Especialista critica a concessão de isenção fiscal para incentivar cultura

Consultor de patrocínio empresarial, Yacoff Sarkovas é crítico ferrenho das leis de incentivo à cultura. O pecado original do modelo brasileiro, diz ele, é se basear na dedução fiscal, para ele

“uma indecência, uma esquisitice”, erro que ele vê se repetir no projeto do vale-cultura.

– Como recurso que entraria no setor pelo viés do consumo, o vale-cultura é um modelo mais interessante. Pelo menos, estabelece que o dinheiro vai chegar àquilo que já está produzido – diz Yacoff.

Mas, segundo o especialista, a possibilidade de deduzir o que for gasto com o vale-cultura do Imposto de Renda não deveria ocorrer.

– Mais uma vez, repete-se o nefasto princípio do “dinheiro grátis”, sendo a empresa uma mera repassadora de recursos públicos, sem nenhuma justificativa para isso (*confira explicação no quadro à esquerda*).

Isenção fiscal: Brasil x EUA

O consultor Yacoff Sarkovas explica os incentivos fiscais à cultura nos dois países

Incentivo fiscal nos EUA é você poder contribuir e não pagar imposto por isso. Se você doar US\$ 100 para um museu, pode deduzir os US\$ 100 da sua renda tributável. Não fosse assim, além de doar o dinheiro, a pessoa ainda pagaria o imposto sobre ele.

No Brasil, você primeiro calcula qual o imposto a pagar. Se o total é de R\$ 1 mil, então você é devedor do Estado em R\$ 1 mil. Mas a lei permite que você deduza desses R\$ 1 mil os R\$ 100 que doou ao museu. Abate, portanto, de um dinheiro que não é seu, é dívida com o fisco. Em resumo, é doar o dinheiro público.

Vale-cultura: ministro é contra o uso em bancas

Para Juca Ferreira, as bancas de revista não têm condições de implantar o sistema *on-line* necessário para impedir o uso do vale para outros fins

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, se disse contra a inclusão das bancas de revistas entre os pontos de venda em que poderá ser usado o cartão magnético do vale-cultura, uma espécie de tíquete-alimentação voltado para o consumo de produtos culturais. Ferreira participou de audiência conjunta nas

comissões de Assuntos Sociais (CAS) e Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ) com o objetivo de debater o projeto do Executivo que institui o vale-cultura (PLC 221/09).

Para o ministro, poucas bancas no país teriam condições de adotar a tecnologia de transmissão de dados concebida para evitar que

o benefício de R\$ 50 seja usado para outros fins que não o consumo de serviços e bens culturais – como ingressos de cinema, *shows*, livros, CDs e DVDs.

– Se criarmos brechas, estaremos viabilizando a burla do mecanismo – argumentou.

Juca Ferreira afirmou que o valor de R\$ 50 para o benefício ainda é pequeno, mas é o possível. Segundo ele, mais de 12 milhões de brasileiros serão atendidos e cerca de R\$ 7 bilhões poderão ser inseridos na economia da cultura nos próximos cinco anos.

A parte que corresponde ao governo é estimada em R\$ 3,7 bilhões. Outra parcela virá das empresas que aderirem ao Programa Cultura do Trabalhador, incentivadas com desconto de até 1% do Imposto de Renda para garantir o benefício aos empregados que ganham até cinco salários mínimos. Os trabalhadores vão pagar 10% sobre o valor do benefício.



Ao lado dos senadores Garibaldi Alves (C) e Rosalba Ciarlini, o ministro da Cultura disse que o valor de R\$ 50 é baixo, mas o possível no momento

Folheto provoca críticas e polêmica em audiência

A distribuição de um panfleto assinado por deputados da Frente Mista Parlamentar da Cultura e endossado pelo Ministério da Cultura tumultuou o início da audiência convocada para ouvir o ministro Juca Ferreira. O texto pede apoio para os parlamentares que “votam” pela cultura.

Senadores da oposição questionaram o ministro sobre a participação do ministério na

produção do *folder*, que chegou a ser considerado por Demostenes Torres (DEM-GO) como propaganda eleitoral antecipada. Ele adiantou que enviará denúncia ao Ministério Público para investigar de onde saiu o dinheiro para a publicação e defendeu a aplicação de multa aos parlamentares que assinam o material, inclusive os do seu próprio partido.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que a discussão, naquele momento, revelava o “incômodo” da oposição com o projeto do vale-cultura – apontado como mais uma importante proposta de inclusão social – e com o próprio sucesso do governo e do presidente Lula, com altos índices de aprovação popular nas pesquisas de opinião.

A cobertura completa dos debates das comissões registrados abaixo está disponível em www.senado.gov.br/jornal.

Dengue e gripe H1N1 ainda preocupam autoridades federais de saúde

O combate à dengue continua sendo uma preocupação do governo federal para 2010. Em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, revelou a existência de 102 municípios em situação de alerta,

dos quais 17 são capitais; e dez municípios, sendo uma capital, em situação de risco de surto da doença em 2009. Na comparação com 2008, houve um aumento no número de municípios em estado de alerta (eram 71) e com risco de surto (eram cinco), ao mesmo tempo em que os municípios com índices satisfatórios caíram de 83 para 42.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SUS

Projeto de lei para priorizar o atendimento de crianças e adolescentes pelo Serviço Único de Saúde (SUS) foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta (PLS 227/08), de Patrícia Saboya (PDT-CE), define práticas preventivas, educativas, diagnósticas, terapêuticas e de recuperação do processo normal de desenvolvimento.

AUTISMO

Participantes de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) exigiram políticas públicas para os autistas e mais investimentos em pesquisa para diagnosticar a doença de forma precoce. As entidades representadas no debate vão apresentar projeto de lei à CDH com as reivindicações que beneficiam os autistas.

LDB

Em audiência pública sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na Comissão de Educação, quatro ex-ministros da Educação elogiaram a LDB e suas alterações. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) reconheceu o “avanço conceitual” trazido pela lei, mas sugeriu uma atualização, para que se promova um “avanço estrutural”.

DEMOCRACIA RACIAL

“O Estatuto da Igualdade Racial não é uma lei para os negros, é uma lei para a sociedade”, afirmou o ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, em audiência na CCJ para debater a proposta (PLS 213/03) de Paulo Paim (PT-RS). Santos afirmou que a aprovação da norma vai contribuir para que o país atinja a democracia racial.

AGROTÓXICOS

Representantes da indústria pediram ao governo maior estímulo para o registro de agrotóxicos, o que poderá reduzir o uso de produtos não autorizados. A solicitação foi feita em debate promovido por três comissões sobre o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e o uso de agrotóxicos no país.

APAGÃO

Em audiência pública nas comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, o ministro interino do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, afirmou que, com a crescente demanda, o país precisa continuar investindo e que o governo destinará R\$ 40 bilhões ao setor até o final de 2010.

PETROBRAS

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, disse considerar um equívoco do Tribunal de Contas da União (TCU) o diagnóstico de superfaturamento nos contratos para a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Ele participou de audiência pública na terça-feira, na Comissão Mista de Orçamento.

debates

Simon defende revisão do pacto federativo

Discussão deve ocorrer a partir da perspectiva dos municípios e ser inserida em uma ampla reforma política, fiscal e tributária, diz senador

A revisão do pacto federativo é, para Pedro Simon (PMDB-RS), um tema imprescindível ao programa de governo do próximo presidente da República. O senador sustenta que, como Casa representativa da Federação no Poder Legislativo, o Senado deve capitanear a discussão do assunto a partir da perspectiva dos municípios, “o elo mais frágil, embora mais importante da tríade federativa (União, estados e municípios)”.

– Um novo paradigma de desenvolvimento passa por um novo pacto federativo, que deve partir de baixo para cima – disse.

No entanto, essa revisão não pode prosperar, segundo Simon, sem estar inserida em uma ampla reforma política, fiscal e tributária. O senador disse temer pelo recrudescimento das disparidades regionais, se essa iniciativa continuar sendo adiada.

Ele ainda lamentou “a recorrente peregrinação de prefeitos por Brasília em busca de verbas para tocar os projetos municipais mais básicos”. O aparato burocrático fortaleceu a corrupção e prefeitos passaram a concorrer entre si na busca por verbas, disse. Simon também fez críticas aos fundos de participação e às emendas ao Orçamento da União, “responsáveis pelo antifederalismo”, e às medidas provisórias “carentes da relevância e da urgência exigidas pela Constituição”.



JOSE CRUZ

“O aparato burocrático fortaleceu a corrupção e os prefeitos passaram a concorrer entre si na busca por verbas”, afirma Pedro Simon

Parlamentares destacam movimento municipalista

Sessão especial em homenagem ao Movimento Municipalista Brasileiro foi realizada na quarta-feira da semana passada no Plenário.

César Borges (PR-BA) pediu a regulamentação da Emenda Constitucional 29 e defendeu, em razão das dificuldades sofridas pelas prefeituras com a crise financeira mundial, a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2009.

Antônio Carlos Valadares

(PSB-SE) citou estudo revelando que 60% dos tributos ficam com a União; 25%, com os estados, restando apenas 15% com os municípios. Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu a valorização dos municípios como forma de colocar “o cidadão mais perto das políticas públicas”.

Para Rosalba Ciarlini (DEM-RN), programas sociais como os de construção de moradias devem ser gerenciados diretamente pelos prefeitos.

Mão Santa: assistencialismo só em emergência

O Congresso deve discutir a implantação e a continuidade de programas assistenciais, como o Bolsa Família, sugeriu Mão Santa (PSC-PI).

Em sua avaliação, os recursos destinados a esses programas devem ser utilizados para incrementar a oferta de emprego

no país.

Mão Santa defendeu o aprimoramento dos atuais programas para que não se transformem em mera oferta de caridade. O assistencialismo, segundo ele, deve ser apenas para situações emergenciais. Na opinião do senador, os recursos do Bolsa

Família deveriam ser entregues aos prefeitos, para que sejam usados com o objetivo de abrir mais frentes de trabalho para a população.

– Está na hora de o Congresso aprimorar esses atos de caridade e encaminhar os brasileiros ao trabalho, que dignifica – disse.

João Pedro celebra inauguração de gasoduto na capital do Amazonas

A inauguração pelo presidente Lula da primeira parte do gasoduto Uruçu-Coari-Manaus, na capital do Amazonas, foi comemorada pelo senador João Pedro (PT-AM). Destinado a transportar mais de 5 milhões de metros cúbicos por dia, o gasoduto, na fase inicial, vai conduzir 77 mil metros cúbicos diários para refinarias de Manaus.

– Fazer um gasoduto na Amazônia é superar desafios. Trata-se de uma obra de engenharia da Petrobras de mais ou menos 800

quilômetros de duto – disse.

O senador lembrou que, ao custo de R\$ 4,5 bilhões, a obra começou em 2006 e prosseguirá para a etapa de conversão dos motores das refinarias ali existentes, que hoje operam em óleo diesel e passarão a operar com o gás vindo de Uruçu.

– É a segunda maior reserva do Brasil, depois de Campos (RJ). Espero agora que esse gás se transforme em energia e que possa melhorar a qualidade de vida dos amazonenses.

Adelmir pede solução para problema salarial da UnB

Adelmir Santana (DEM-DF) pediu sensibilidade às autoridades envolvidas com a questão salarial dos professores e servidores da Universidade de Brasília (UnB). O senador defende que se busque uma solução, em caráter de urgência, evitando-se a deflagração de uma greve justamente no fechamento do ano letivo.

Docentes e funcionários da universidade lutam pela manutenção de parcela equivalente a 26% de seus salários, benefício vigente desde 1991.

O Tribunal de Contas da União

homenagens

Sessão especial do Senado lembra os 50 anos do BID

O Senado homenageou na quinta-feira o cinquentenário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que ocorrerá em 30 de dezembro. A homenagem ocorreu a pedido do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que defendeu a participação da instituição em programas de financiamentos voltados para a melhoria do sistema educacional dos países associados com deficiências neste setor. Também discursaram os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Criado em 1959, o BID é a principal fonte de financiamento multilateral em 26 países da América Latina e do Caribe e tem como missão apoiar o desenvolvimento econômico e social da região. A entidade concede empréstimos e faz operações de cooperação técnica.

O banco levanta recursos no mercado internacional com taxas de mercado favoráveis,

possibilitando o empréstimo de recursos a custos competitivos. Além disso, propõe soluções para questões de desenvolvimento, ao atuar em parceria com governos, empresas e organizações da sociedade civil.

Com sede em Washington, nos Estados Unidos, o BID também oferece pesquisas, assessoria e assistência técnica para apoiar projetos em áreas como educação, redução da pobreza e agricultura, entre outras atividades.

Os 26 países da América Latina e Caribe que recebem financiamentos do BID

são considerados membros mutuários da instituição e têm, juntos, 50,02% do poder de voto na diretoria. O banco também dividiu em dois grupos esses países, para supervisionar a distribuição dos empréstimos, levando em conta o produto interno bruto (PIB) *per capita* de cada um deles.

Banco concede empréstimos em toda a América Latina e Caribe

Cristovam Buarque sugere que entidade invista em educação

Ao discursar na sessão de homenagem ao BID, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que “a saída” para o desenvolvimento de países pobres não está na expansão de indústrias ou na agricultura de exportação, mas apenas no aprimoramento das escolas.

– A gente precisa de um banco que ajude a fazer a revolução do século 21: a revolução do conhecimento para todos, igualmente, e a revolução do conhecimento da mais alta qualidade para aqueles que tiverem talento, persistência e vocação, mas escolhidos entre todos – disse.

O senador Gerson Camata

(PMDB-ES) lembrou que o Brasil tem uma profunda ligação com a história da instituição, criada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) a partir de proposta do presidente Juscelino Kubitschek.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que o BID apoie a implantação de programas de renda mínima no Brasil. Ele descreveu a experiência que vem sendo realizada em Santo Antônio do Pinhal, em São Paulo, e destacou que o programa já é um sucesso no Alasca e tem se espalhado por países como Nigéria, Namíbia e Mongólia.

presidência

Líder chinês anuncia no Senado metas ambientais

Após encontro com o presidente José Sarney, parlamentar diz que seu país se comprometerá em reduzir emissões de gases tóxicos entre 40% e 50%

O senador José Sarney se encontrou, na semana passada, com o presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin, com quem conversou sobre o avanço, nos últimos 20 anos, dos laços de amizade entre os dois países. Mais tarde, na Conferência Relações China/América Latina, Qinglin anunciou que seu país apresentará compromissos para reduzir a emissão de gases tóxicos entre 40% e 50% até 2020 em relação aos níveis de 2005.

– Pretendemos ainda aumentar a cobertura florestal em 4 milhões de hectares no mesmo intervalo de tempo. Sabemos que haverá muitas dificuldades, mas vamos cumprir – garantiu o ex-prefeito de Pequim, ao enumerar as metas que a China levará para a conferência de Copenhague sobre mudança climática, de 7 a 18 de dezembro.



FOTOS: JANE ARAÚJO

Sarney recebe Jia Qinglin na entrada do Salão Nobre: além das relações entre os dois países, soluções para as mudanças climáticas fizeram parte das conversas

Jia Qinglin defendeu uma maior aproximação de seu país com a América Latina – em especial com o Brasil – dentro do espírito de cooperação mundial que a China quer desenvolver, em todos os campos, sobretudo em segurança alimentar e defesa do meio ambiente.

Sarney lembrou a visita, feita em 1988, a Deng Xiaoping, quando o “arquiteto da reforma econômica chinesa” falou, pela primeira vez, em uma China e dois sistemas, numa referência ao socialismo de mercado por ele inaugurado.

Ahmadinejad quer Brasil no Conselho de Segurança

O presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, em visita ao Congresso na semana passada, defendeu o ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Referências à cultura da paz, à união entre raças e religiões no país e à consolidação das insti-

tuições democráticas brasileiras foram a tônica do discurso do senador José Sarney na recepção. Sarney defendeu a criação de um Estado palestino e reforçou o desejo de paz no Oriente Médio.

– Acho que a melhor notícia que poderíamos receber no mundo seria a do fim do conflito entre

árabes e judeus – afirmou.

Sarney lembrou que o conflito envolve duas nações “profundamente sofridas”: os judeus, que viveram uma “diáspora que quase exterminou a todos” e o povo palestino, que foi expulso de suas terras, vítima de violência constante.

VÁCLAV KLAUS

O presidente da República Tcheca, Václav Klaus, visitou o Senado Federal e foi recebido pelo presidente José Sarney e pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Gerson Camata (PMDB-ES) e Marcelo Crivella (PRB-RJ). Sarney afirmou que os brasileiros têm uma grande admiração pela “rica história” da República Tcheca e destacou o avanço nas relações entre aquele país e o Brasil nos últimos anos.

CAÇA SUECO

O ministro da Defesa da Suécia, Sten Tolgfors, apresentou ao presidente Sarney as vantagens que terá o Brasil se optar pela compra de caças suecos Gripen.

SEBASTIÁN PIÑERA

O líder nas pesquisas nas eleições presidenciais do Chile, Sebastián Piñera, foi recebido por Sarney e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

PEC DA JUVENTUDE

O senador Paulo Paim (PT-RS) e um grupo de jovens estiveram com Sarney, para pedir a aprovação da chamada PEC da Juventude (Proposta de Emenda à Constituição 138/03). A proposta assegura aos brasileiros entre 15 e 29 anos prioridade em direitos como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura. A PEC foi aprovada na Câmara e também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Jornal do Senado volta a ser impresso em papel reciclado

A edição semanal do **Jornal do Senado** voltou a ser impressa em papel reciclado. O processo de compra do novo material foi concluído a tempo de ser utilizado já na edição que circulou em 23 de novembro, após quatro semanas em que parte da tiragem foi impressa em papel offset devido a atraso na licitação.

A opção pelo papel reciclado faz parte do programa Senado Verde, criado pela Primeira Secretaria da Casa em 2007 para centralizar e estimular ações internas voltadas à preservação do meio ambiente.

Projetos de coleta seletiva de lixo, economia de insumos como papel, energia, água e combustível, rea-

proveitamento de materiais, disseminação de ações de gestão ambiental e conscientização dessas práticas por meio de campanhas e debates são ações e metas do programa.

Para 2010, as prioridades do Senado Verde serão a construção de depósito para separação de resíduos, a instalação da oficina de transformação de materiais e de papel reciclado, a construção de um viveiro de plantas e composteira, a captação de água da chuva para uso em irrigação e em sanitários, a produção de *software* de acompanhamento de edificações sustentáveis e a implantação de programa de contratações sustentáveis.



O presidente José Sarney recebeu das mãos da diretora Simone Bastos Vieira o novo cartão de usuário da Biblioteca Luiz Viana Filho. O cartão faz parte da política de modernização dos serviços de atendimento disponibilizados pela biblioteca aos senadores, servidores e estagiários cadastrados. O cartão permitirá aos usuários a realização de empréstimos de livros com mais segurança e rapidez.

COLÉGIO DE LÍDERES

O Senado terá um Colégio de Líderes, constituído pelas lideranças dos partidos e dos blocos parlamentares. A proposta (PRS 37/09), aprovada na CCJ, inclui artigo no Regimento Interno do Senado com esse objetivo. O colégio deverá decidir, entre outros temas, sobre iniciativas que melhorem a eficiência, a eficácia e a economicidade da administração do Senado.

REUNIÕES ABERTAS

Pelo menos uma vez a cada trimestre ou a requerimento de um décimo dos senadores, a Comissão Diretora promoverá reunião aberta para apresentar relatório da situação administrativa e debater a gestão da Casa. É o que prevê substitutivo ao PRS 26/09 aprovado na CCJ. A proposta agora será analisada pela Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP) em papel reciclado

programação



Projeto de lei prevê restrições à propaganda de alimentos dirigida a crianças e adolescentes para conter o aumento de casos de obesidade

Debate sobre propaganda de alimentos para crianças

Programa da Rádio Senado reproduz trechos de debate com representantes da Anvisa e especialistas que estudam efeitos da publicidade nos hábitos de consumo das crianças

Projeto apresentado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) prevê restrições à propaganda de alimentos dirigida a crianças e adolescentes. A iniciativa visa conter o aumento dos casos de obesidade entre os jovens.

O próximo *Estação da Mídia* vai reproduzir trechos

de um debate sobre o tema, promovido pelas comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Participaram do debate representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Associação de Marketing Profissional (Ampro), da Associação Brasileira

das Indústrias de Alimentação (Abia) e especialistas que estudam os efeitos da publicidade nos hábitos de consumo das crianças.

Eles discutiram propostas como a inserção de mensagens de advertência nos anúncios de alimentos com alto teor de açúcar e gordura; a limitação dos horários

de veiculação desse tipo de propaganda; e a possibilidade de que a regulamentação seja feita pelas próprias agências de publicidade.

Educação e crescimento econômico

Os avanços e problemas do setor educacional e a atuação da Comissão de Educação do Senado são tema da *Entrevista Especial* desta segunda-feira, que mostra a opinião de senadores ligados à área.

Entrevista Especial

Senado FM e OC
30/11, segunda, às 12h
Internet
30/11, segunda

Campanha para formalizar autônomos

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Valdir Pietrobon, fala sobre a campanha para a adesão de autônomos ao programa Empreendedor Individual, do Ministério do Desenvolvimento Social.

Senado Economia

Senado FM
30/11, segunda, às 7h30
Internet
30/11, segunda

Nome do pai na certidão de nascimento

Uma em cada quatro crianças nascidas entre 2000 e 2006 no Brasil (25%) não tem o nome do pai na certidão de nascimento, enquanto na França esse índice não passa de 2%. Foi o que constatou a socióloga Ana Liesi Thurler, autora do livro *Em nome da mãe - o não reconhecimento paterno no Brasil*, no qual apresenta estimativas e interpretações sobre essa herança das relações coloniais e patriarcais ainda presente no Brasil contemporâneo. Tratado como questão política - além de histórica, cultural e jurídica -, o reconhecimento paterno é abordado no livro como questão de cidadania e de efetivação da democracia. Ana é a entrevistada do programa *Fique por Dentro da Lei*, da Rádio Senado.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM
30/11, segunda, às 10h
Ondas Curtas
1º/12, terça, às 8h



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (40), Manaus (57), Natal (52), NET, Mais TV e Video Cabo Recife (55), Rio de Janeiro (49 e 64) e Salvador (53).
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: Brasília (canais 36 e 51), Fortaleza (43), João Pessoa

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m
PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: ¾

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Minha Casa, Minha Vida

"O programa Minha Casa, Minha Vida deveria ser priorizado não apenas para os mais necessitados e carentes, mas também para os que estão inscritos nesse programa federal e são portadores de doenças crônicas como câncer e HIV, entre outras."

Célio Borba, de Curitiba (PR)

Dívida pública

"É um ato irresponsável não associar o volume dos encargos da dívida pública com os tributos no Brasil."

Sérgio Rodrigo Coelho Torres, de Petrópolis (RJ)

Direitos respeitados

"Eu tenho um sonho de que um dia todos vivam em uma nação onde seus direitos fundamentais e respectivas garantias sejam respeitados pelos magistrados deste país."

Filipe de Faria Barbosa, de Aracaju (SE)

Descaso na saúde

"Manifesto insatisfação com a conduta do atual ministro da Saúde. A saúde pública está precária e há descaso por parte do ministro, enquanto a população mais pobre depende do SUS."

Júlio Antônio Abinajm, de Praia Grande (SP)

Desconto para livros

"Sugiro aos senhores legisladores que elaborem um projeto para que estudantes universitários tenham desconto de 50% na compra de livros, o que seria fundamental para o fortalecimento da cultura em geral."

Marcos André da S. Gomes, de Girau do Ponciano (AL)

Concurso público

"Parabenizo a aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, do PLS 122/08, de Marconi Perillo (PSDB-

GO), que assegura aos aprovados em concursos públicos a posse nos cargos. Seria uma grande injustiça manter o que ocorre na maioria dos concursos do país, em que o candidato aprovado não é avisado de quando será convocado. Afinal, quem tanto estudou e se sacrificou, sendo aprovado, tem o direito de ser nomeado."

Phelipe Cavalcante, do Recife (PE)

Energia solar

"Sugiro aos senadores a criação de uma lei que obrigue todas as instituições públicas federais a funcionarem com energia solar, pois deveríamos aproveitar ao máximo o maior recurso natural que temos: sol em abundância. Dessa forma, teríamos menos transtornos causados pela construção de barragens hidrelétricas e menos apagão."

Maricildo A. Andrade, de Tocantinópolis (TO)

Defesa da educação

"Em tempos de total descrédito dos políticos, quero aqui parabenizar o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pelos inúmeros projetos de lei em defesa da melhoria da educação no Brasil. Sem dúvida, a educação tem avançado muito nos últimos anos e isso graças a parlamentares como Cristovam Buarque, que acredita que só por meio da educação teremos um mundo melhor. Gostaria de ver na Câmara dos Deputados pessoas também empenhadas em prol de uma educação cada vez melhor."

Marcos Ribeiro de Melo, de Rubiataba (GO)

Campanhas eleitorais

"Sugiro que todos os debates realizados durante a campanha eleitoral para o cargo de presidente da República sejam gravados e arquivados pelo Tribunal Superior Eleitoral, com a finalidade de informar e servir de ferramenta para o eleitor cobrar as promessas do candidato."

Leandro Alves Costa, de Valença (PI)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



O Brasil não pode abrir mão de ter uma relação com os países do Oriente Médio

João Pedro, defendendo a política externa de Lula, que recebeu a visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad.

Não há pragmatismo que justifique receber um político que nega o Holocausto e prega a destruição de Israel

Alvaro Dias, em crítica ao encontro.

O presidente Lula precisa se convencer que estamos vivendo uma epidemia [das drogas] muito pior que a gripe suína ou a dengue. Uma ação preventiva é imprescindível

Patrícia Saboya, ao defender mobilização nacional contra as drogas.



JONAS PEREIRA

Identificar a pessoa pela raça é ruim

Augusto Botelho, ao defender a adoção de cotas sociais no debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial.



GERALDO MAGELA

O retirante e destemido Lula irá aonde os técnicos não conseguiram ir, com os ganhos do crescimento econômico distribuídos de forma justa

Renan Calheiros, ao anunciar apelo para que o presidente Lula não vete projeto que equipara o reajuste de aposentadorias ao do salário mínimo.

O caminho para combatermos a pobreza e atendermos à cultura, à ciência e tecnologia, à sustentabilidade é um só: investir em educação de base todos os recursos do pré-sal

Cristovam Buarque, sobre a polêmica em torno da destinação dos recursos do petróleo da camada pré-sal.

A partir de 2010, a China já será nosso maior parceiro comercial, posto antes ocupado pelos Estados Unidos. A China está se saindo bem da crise, assim como o Brasil, e as relações econômicas e tecnológicas tenderão a se acelerar ainda mais

Aloizio Mercadante, na Conferência Relações China-América Latina, apontando o intercâmbio econômico e tecnológico com o Brasil.



pergunte ao senador

A polêmica do abrigo diplomático a Manuel Zelaya

"O Brasil não está desenvolvendo o mau costume de se meter em questões políticas de outros países como no caso de Honduras?"

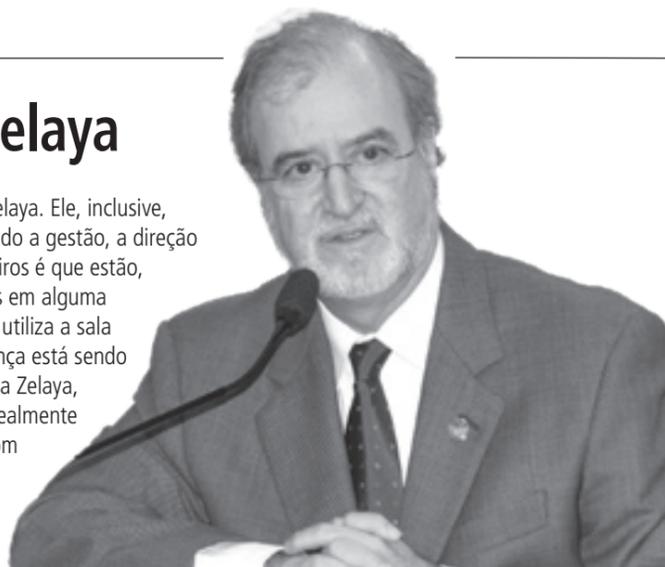
Raimundo Barbosa de Araújo, de São Luís (MA)

O senador **Eduardo Azeredo (PSDB-MG)** responde:

Essa é uma questão polêmica. Como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), defendi desde o primeiro momento que o Brasil desse realmente abrigo ao presidente Manuel Zelaya, em razão de essa ser a tradição brasileira, mas que não se permitisse que a embaixada fosse utilizada politicamente. Lamentavelmente, a embaixada está sendo usada politicamente, não só com o discurso inicial, mas continuando com a presença de dezenas

Com informações da Rádio Senado

de pessoas adeptas de Zelaya. Ele, inclusive, eu diria que está assumindo a gestão, a direção da embaixada. Os brasileiros é que estão, praticamente, encostados em alguma sala. O presidente Zelaya utiliza a sala do embaixador, a segurança está sendo feita por pessoas ligadas a Zelaya, de maneira que o Brasil realmente não poderia concordar com esse uso indevido de sua embaixada.



MARCIA KALUME

Falta investir para tratar o mal de Chagas

Cem anos após a descoberta da doença de Chagas, completados em julho deste ano, os avanços no tratamento desse mal são escassos e as vítimas ainda sofrem com

as complicações, principalmente cardíacas, decorrentes do contágio. Em 2010, começará a ser comercializado o benznidazol pediátrico, medicamento que representa uma esperança

de cura para crianças infectadas. Saiba mais sobre a causa, o diagnóstico, os sintomas, a prevenção e o tratamento dessa doença que mata 5 mil brasileiros por ano.

Vítimas da doença chegam a 16 milhões

Endêmica em toda a América Latina, ou seja, com ocorrência contínua na região, a tripanossomíase americana – nome científico da doença de Chagas – atinge cerca de 16 milhões de pessoas no mundo, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, a estimativa é de 2 milhões de pacientes crônicos, sendo 600 mil com complicações cardíacas ou digestivas, que levam à morte 5 mil pessoas por ano.

Dados da organização Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi, da sigla em inglês Drugs for Neglected Diseases initiative) apontam que, em países pobres, onde não é possível estabelecer programas de detecção em massa e o tratamento é muito caro, crianças com menos de 12 anos são normalmente as únicas a receberem atendimento. Ainda assim, os medicamentos não estão adaptados às suas necessidades, pois são utilizadas drogas para adultos, fracionadas em vários pedaços. O procedimento coloca em risco a eficácia do tratamento, pois não há como assegurar a dosagem correta.



Medicamento beneficiará crianças

Em comprimidos de fácil dissolução, benznidazol pediátrico surge como esperança a partir de 2010.

A produção do medicamento foi possível graças a parceria entre a DNDi e o Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (Lafepe) e deve ter grande repercussão no combate à enfermidade, já que as crianças podem se beneficiar com o tratamento e terem menor probabilidade de desenvolver lesões crônicas.

De acordo com a DNDi, atualmente o nifurtimox e o benznidazol são os únicos medicamentos existentes para o tratamento da doença. A organização apresenta as seguintes restrições no uso dessas drogas:

- baixa eficácia na fase crônica da doença;
- significativas variações regionais na eficácia, devido ao surgimento de resistência do *Trypanosoma cruzi*;
- alta taxa de abandono do tratamento devido aos efeitos colaterais causados pelos medicamentos;
- longo período de tratamento (30 a 60 dias);
- necessidade de monitoramento sob supervisão médica especial.



A DNDi é uma parceria de pesquisa e desenvolvimento de medicamentos sem fins lucrativos fundada em 2003 pela Fundação Oswaldo Cruz, do Brasil, Conselho de Pesquisa Médica da Índia, Instituto de Pesquisa Médica do Quênia, Ministério da Saúde da Malásia e Instituto Pasteur da França. A ONG Médicos Sem Fronteiras, o Programa Especial para Pesquisa e

Treinamento em Doenças Tropicais (TDR) – do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) –, o Banco Mundial e a OMS – que atua como observadora permanente da organização – estão juntos no esforço de encontrar medicamentos menos tóxicos e mais eficazes que possibilitem o tratamento de pacientes com doença de Chagas de todas as idades.

Combate com inseticidas e saneamento

Com vítimas em sua maioria pobres, a doença de Chagas não desperta a atenção da indústria de medicamentos para a produção de remédios destinados ao seu tratamento e prevenção. Por enquanto, a principal estratégia para impedir o contágio tem sido o combate ao transmissor, por meio de inseticidas, construção ou melhoria das habitações e uso de cortinados nas casas infestadas por insetos.

No Brasil, o registro de infecção por via oral, pela ingestão de caldo de cana ou de açaí moído em estados como Pará, Amapá e Santa Catarina, levou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a exigir medidas adicionais de prevenção, como a pasteurização das polpas de suco de açaí, o que evitaria a contaminação dos produtos pelo barbeiro e suas fezes.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que é médica, ressalta que nesses cem anos da descoberta da doença de Chagas, as áreas de infestação se modificaram e o avanço que pode ser

considerado é o conhecimento dos ambientes ideais para que o barbeiro se hospede, como casas feitas em taipa.

– O mapeamento dos locais e a consciência que hoje se tem da importância de ter saneamento e melhoria das moradias são alguns avanços, embora ainda haja incidência dessa doença no país. Uma doença que muitas vezes só é detectada em seu estágio avançado, quando o coração já está comprometido – diz Rosalba.

A senadora observa que os casos de infecção oral por meio da cana-de-açúcar e do açaí provam que não se pode “baixar a guarda” e que é preciso investir para extinguir a doença.

Rosalba defende a manutenção e a ampliação de ações sanitárias que protejam a população, como o combate ao agente transmissor por meio da aplicação de inseticidas e a erradicação de moradias que possam servir de alojamento para o barbeiro.

Brasileiro foi o autor da descoberta

O cientista Carlos Chagas, que anunciou o descobrimento da doença em 1909, identificou no ano anterior o seu agente causal, o protozoário denominado por ele de *Trypanosoma cruzi* em homenagem a Oswaldo Cruz. Também foi identificado o inseto transmissor da doença, o *Triatoma*, conhecido popularmente como barbeiro, que vive nas paredes e telhados de habitações



Carlos Chagas

precárias em áreas rurais pobres ou em favelas e aloja em seu intestino o parasita sugado do sangue de alguns animais, como cães, gatos e roedores, transmitindo-o ao ser humano.

A infecção ocorre quando a pessoa coça a região picada pelo barbeiro e as fezes eliminadas pelo inseto infectado pelo parasita penetram através do ferimento. Também pode ocorrer por transfusão de sangue contaminado ou durante a gestação.

Para a detecção da doença na fase aguda ou inicial, o diagnóstico pode ser feito pela análise

microscópica de amostras de sangue do paciente. Nesse período – que dura normalmente de 10 a 15 dias, mas pode chegar até a um mês –, ainda não há resposta imunológica contra o parasita, o que possibilita sua reprodução em grande quantidade no organismo. Na fase crônica, quando a pessoa começa a desenvolver resposta imunológica, são usadas as reações sorológicas de imuno-

fluorescência e Guerreiro Machado.

De acordo com o Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os sintomas da fase aguda são febre, inchaço nos olhos e em outras partes do corpo, como fígado ou baço, aumento dos gânglios e distúrbios cardíacos. É preciso ter atenção para não confundir essas manifestações com as de outras doenças, como a gripe. A doença pode não apresentar sintomas durante 10 a 20 anos. As manifestações são silenciosas, atingindo o sistema cardíaco e o aparelho digestivo.



Barbeiro vive em paredes e telhados de habitações precárias de áreas rurais ou de favelas

Saiba mais

Instituto Oswaldo Cruz
Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 21040-360
(21) 2598-4316
www.fiocruz.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
SIA, trecho 5, área especial 57, bloco B, térreo
Brasília (DF) – CEP 71205-050
Central de atendimento: 0800 642 9782
www.anvisa.gov.br

Medicamentos para Doenças Negligenciadas
Rua Santa Heloísa, 5 – Jardim Botânico
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 22460-080
(21) 2215-2941
www.dndi.org.br

Médicos Sem Fronteiras
Rua Santa Luzia, 651, 11º andar
Centro – Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20.030-040
(21) 2215-8688
www.msf.org.br